EXPO



HISTÓRIA DE UM TERRITÓRIO REINVENTADO

’98









JOÃO PAULO VELEZ

EXPO '98

HISTÓRIA DE UM TERRITÓRIO REINVENTADO

Expo '98
História de Um Território Reinventado

Edição
Parque Expo 98 SA

Texto
João Paulo Velez

Fotografia
Homem à Máquina
Gabinete de Fotografia da Expo '98

Design
Silva!designers

Revisão
Luís Manuel Gaspar

Produção
JPC – Comunicação e Edições

Pré-press
Critério

Impressão
Tipografia Peres

Tiragem
2000 exemplares

Depósito legal
286847/08

índice





O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção: imagem da ocupação do terreno em 2009 tal como foi prevista em 1994



DA LONGÍNQUA E ESTONTEANTE XANGAI CHEGOU O convite para uma empresa portuguesa pensar a articulação entre o projecto da Exposição Universal de 2010 e o planeamento urbano da gigantesca metrópole asiática após o grande evento.

Para fazer o plano director de ordenamento do território da sua capital, a Argélia escolhera a mesma sociedade. Como já antes sucedera no estado brasileiro de Pernambuco para a definição de um modelo de uma nova centralidade na área ribeirinha do Recife-Olinda.

Ásia, África e América seguem-se a importantes operações já concretizadas pela mesma entidade, em Portugal, de revitalizações territoriais em dez cidades integradas no Programa Polis. Sucedem depois da elaboração de estratégias para sociedades de reabilitação urbana como em Vila Nova de Gaia, Portalegre, Viseu ou Estremoz, somam-se ao ordenamento das aldeias do Alqueva, à requalificação e valorização da Ria Formosa ou aos planos de reconversão dos velhos parques industriais da Siderurgia ou da Quimiparque.

Novos desafios estruturantes, como os projectos para o espaço público e equipamentos culturais da Ajuda-Belém ou a revitalização da frente ribeirinha da Baixa Pombalina e Praça do Comércio estão a cargo da mesma instituição.

Há anos atrás – não muitos – uma tal enumeração seria impensável. Não existia em Portugal uma entidade que concentrasse em si uma tão vasta e profunda gama de competências relativas à mutação do território. Que fosse capaz de ter a ideia, de a pôr em marcha com múltiplos interlocutores e de a transportar para o terreno. Fazendo-a acontecer.

A empresa chama-se Parque Expo e é um verdadeiro caso de sucesso do Portugal moderno. Mas para que ela fosse o que é hoje houve um momento fundacional. Esse *big bang* aconteceu há precisamente dez anos. Chamou-se Expo '98 e não mais será esquecido pelos mais de dez milhões de cidadãos que a visitaram.

< Xangai, sede da Expo 2010: Lisboa como referência de integração urbana

"Portugal pôde, Portugal pode"

Federico Mayor Zaragoza, Director-Geral da UNESCO, 1993

UMA NOITE COMO AQUELA NÃO SE APAGA DA MEMÓRIA. Centenas de milhares de olhos colados num céu iluminado pelo mais espectacular fogo que alguma vez se vira, abraços e lágrimas correndo por muitos rostos de novos e velhos e um grito súbito ecoando como vaga gigante por todo o recinto: "Portugal! Portugal! Portugal!"

Nesse 30 de Setembro, o encerramento da Expo '98 constituía a mais bela e emotiva apoteose, tão merecida como imprevista, de 132 dias de um país diferente, reencontrado consigo próprio e com a sua capacidade de bem-fazer e de surpreender o Mundo. Num espaço a transbordar pelas costuras – chegando até a certa altura quase a fazer temer pela segurança dos mais de 400 mil visitantes – o derradeiro dia mostrava até que ponto a última exposição mundial do século fora geradora do orgulho português e conseguira suscitar um grau de identificação nacional até aí só alcançado nos campos de futebol.

Passam agora dez anos sobre essa gigantesca festa, simultaneamente ponto de chegada da celebração dos Oceanos e de partida para um singular projecto urbano baptizado de Parque das Nações.

O que ficou de mais marcante de tudo isto? Ter conseguido trazer a Lisboa 160 países e organizações, batendo os recordes anteriores de participação? Ter atraído ao recinto quase cinco milhões de portugueses, metade de toda a população? Ter antecipado a abertura de uma tão reclamada segunda travessia do Tejo e rasgado uma nova linha do Metropolitano, desembocando na emblemática Estação do Oriente? Ou ter sido possível concretizar no prazo previsto uma obra muito complexa?

Terá sido o maior resultado a capacidade de gerir com notável eficiência uma cidade efémera para 100 mil habitantes diários e lançar as raízes de uma cidade definitiva articulada à malha urbana existente? Ou ter conseguido organizar sem falha sete mil espectáculos ao longo de quatro meses e criar âncoras de animação para o futuro? Ter construído o maior aquário da Europa? Ou ter conseguido reaproveitar quase 90% do construído para usos definitivos?

Ter plantado quase 30 mil novas árvores e 70 mil novos arbustos? Ter regenerado ambientalmente um território de 340 hectares? Ter um espaço público de qualidade exemplar, capaz de promover

um novo exercício de cidadania como nunca se havia visto? Ou, antes, ter dado a Lisboa um magnífico pavilhão multiusos e uma nova feira internacional?

Ter recebido à beira-rio os líderes de todo o Mundo e projectado Portugal através de mais de 11 mil jornalistas dos quatro continentes? Ter conseguido, a partir de então, provocar um crescimento continuado do turismo? Será o aumento de 1% do PIB gerado pelo projecto o seu efeito mais significativo? Ou os 4400 milhões de receitas em impostos que o Estado a ele foi buscar? Ou simplesmente ter feito – e bem – e, com isso mesmo, ter mostrado a cada português que éramos capazes? Poderá a visível melhoria da auto-estima nacional induzida pelo projecto ser o maior efeito da Expo?

As leituras são tantas quanto plurais foram os talentos e as vontades convocadas pelo projecto. Isso será talvez a maior riqueza de uma ideia nascida há já quase duas décadas e que só agora, dez anos após a noite em que Teresa Salgueiro e José Carreras cantaram juntos "Haja o Que Houver", conhece verdadeiramente a sua plena concretização. É dessa história recente que trata este livro.

O QUE FAZER COM ESTA DATA?

Em 1987, o Governo presidido por Aníbal Cavaco Silva decidiu criar a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP). Portugal ia entrar num período fértil de celebrações: de 1988 a 2000, iam estar em destaque a viagem de Bartolomeu Dias, a expedição missionária ao Congo, a participação nos festejos de Colombo, a chegada dos portugueses ao Japão, os seis séculos do nascimento do Infante e os cinco do Tratado de Tordesilhas. Vinha aí a homenagem a D. João II, os 500 anos da viagem de Vasco da Gama à Índia ou a descoberta do Brasil por Cabral.

Tendo como Comissário-Geral Vasco Graça Moura e como Vogal da Comissão Executiva António Mega Ferreira, dois muito distintos intelectuais, homens das letras e da comunicação, cedo se pôs à CNCDP uma questão central: de tanto se querer comemorar, o que restaria no final? Que imagem sobraria de tanta celebração?

Ou, dito por outras palavras: não seria preferível, sem deixar de assinalar cada uma das efemérides, apostar estrategicamente numa só, de modo a, através dela, se poder projectar nacional e internacionalmente toda a gesta dos Descobrimentos evitando uma diluição e uma dispersão sem resultados?

Assim viria a nascer uma ideia. Sentados à mesa do Martinho da Arcada, que tantas vezes terá inspirado Fernando Pessoa, e enquanto se debatiam gostosamente com um bacalhau à Brás e um tinto Evel, Vasco Graça Moura e António Mega Ferreira convergiam em definir o quinto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia como horizonte estratégico das comemorações. A importância da viagem do Gama para o aproximar dos continentes e para a evolução histórica mundial justificava que o apogeu do período comemorativo fosse em 1998. Mas o que fazer dessa data?

Vasco Graça Moura acumulava já nesse ano de 1989 o cargo na CNCDP com o de Comissário-Geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha a realizar em 1992. E quando nesse almoço se interrogava sobre o que se poderia fazer em Portugal, lembra-se que, a par das universais, havia um outro género de exposições internacionais (que então se designavam de especializadas, reconhecidas), de dimensão e duração mais pequena, que poderia ser organizada por Portugal. Logo ali se entusiasmam com a hipótese, fazendo mesmo Mega Ferreira uma primeira aproximação ao tema: "Mercado do Oriente". Como viria mais tarde a explicar, "seria uma espécie de novo *east meets west*. Os portugueses tinham chegado ao Oriente 500 anos antes. Seria agora a vez de trazer os tigres asiáticos até nós".

Conhecendo-se os dois intervenientes, sabia-se que não passaria muito tempo até esse "sonho em voz alta" ganhar asas. Em 26 de Julho de 1989, a Comissão Executiva da CNCDP apresenta os seus planos. No Hotel Tivoli-Sintra, a reunião contava com a presença de Luís Valente de Oliveira, Ministro do Planeamento e Administração do Território, de António Couto dos Santos, Ministro Adjunto e da Juventude, e de Miguel Horta e Costa, Secretário de Estado do Comércio Externo, para além de outras figuras a título individual, como Eduardo Lourenço e Eduardo Prado Coelho. A reacção era muito positiva mas era preciso agora dar-lhe corpo.

Mega Ferreira encarrega-se do assunto. Tendo podido contar com o apoio da jovem jornalista (hoje também escritora) Patrícia Reis – que fez uma eficientíssima pesquisa sobre as anteriores exposições – pega num Macintosh existente na Comissão dos Descobrimentos e fecha-se numa casa que tinha no Penedo, na serra de Sintra. Algumas semanas depois está pronto um memorando ao Governo sobre a estratégia mais precisa para as comemorações, apontando já para a realização da Exposição Internacional de Lisboa em 1998.

O documento é apresentado a 8 de Novembro e, fosse por prudência ou para não deixar o Governo apenas confrontado com uma só solução (coisa que os políticos dificilmente aceitam), fala num programa assente em três vertentes que constituiriam o apogeu comemorativo: a criação do Instituto de Estudos Atlânticos, Africanos e Orientais – pretendendo atribuir a Lisboa um protagonismo nesta matéria até então muito focado em Londres; a realização da fase final do Campeonato Mundial de Futebol de 1998; e a construção em Lisboa de uma Exposição Internacional destinada a assinalar o encontro entre a Europa e o Oriente. Um tripé que se complementaria: uma aposta na investigação e no conhecimento, outra de carácter mais lúdico, outra ainda de dimensão mais física e urbana.

Mas, na realidade, todo o desenvolvimento do documento de 41 páginas apostava sobretudo numa Expo '98, baseando-se muito na experiência bem sucedida de Vancouver (1986). E apontava já, por mero *benchmark*, estimativas do número de entradas no recinto de Lisboa (9 a 11 milhões) que viriam a revelar-se, surpreendentemente, as mais próximas da realidade entre todas as previsões feitas até à sua data de abertura.

O Governo aprovaria o memorando de António Mega Ferreira: menos de um mês mais tarde, a 7 de Dezembro de 1989, dava entrada na sede do Bureau International des Expositions (BIE), em Paris, uma carta assinada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, formalizando a candidatura de Portugal à Expo '98. Sem que o país pressentisse a importância do que estava em causa, o Estado acabava de oficializar a aposta na ideia de dois homens de trazer para Portugal o primeiro grande evento mundial da sua história.

UM TEMA E UM LOCAL

Abria-se assim uma nova etapa que deveria culminar com a escolha pelo BIE da localização da Exposição de 1998. À partida, as perspectivas não pareciam más, tanto mais que, por essa altura, a candidatura portuguesa era a única no terreno. Mas havia ainda um longo e difícil caminho a percorrer.

Nomeado António Mega Ferreira Presidente do Grupo de Trabalho em Março de 1990, dele dependeria a coordenação de toda a actividade no sentido de aprofundar o conceito e o tema, estudar as localizações possíveis para a Expo e estabelecer estimativas financeiras.

O grupo, com representantes de vários ministérios e outros organismos públicos, deita mãos à tarefa de tornar o sonho exequível. Chama a colaborar uma dezena de especialistas, desde arquitectos como Manuel Graça Dias e Francisco Silva Dias, peritos de várias disciplinas como José Manuel Boavida (acessibilidades e transportes), Manuel Maltez (marketing) ou Emílio Mateus (finanças). Nascem as primeiras visualizações, particularmente sugestivas, do recinto imaginado, desenvolve-se muito trabalho interdisciplinar. É decidido agregar também a Câmara Municipal de Lisboa presidida por Jorge Sampaio que desde sempre manifestara sensibilidade muito positiva sobre a hipótese de uma expo requalificadora do tecido urbano e promotora da cidade como Capital Atlântica da Europa.

O biólogo Mário Ruivo teve papel de grande destaque logo nesta fase. Nas primeiras reuniões com o BIE verificara-se que o tema avançado teria de conhecer alguma evolução e ser tão preciso e específico quanto possível. Desde há muito ligado às Nações Unidas, através da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (um braço da UNESCO), Mário Ruivo viria a produzir, em Abril de 1990, uma brilhante reflexão intitulada "Mares e Oceanos: Fronteira do Futuro" que veio a revelar-se peça fundamental na estrutura temática futura do projecto. E quando o BIE, entre várias hipóteses alternativas, veio, alguns meses mais tarde, a "reter com o maior interesse" o tema O Mar, Os Oceanos – nas suas vertentes histórica, científica, tecnológica e económica – aconselhando Portugal a seguir na exploração desta via, estava encontrada a solução para uma das principais questões que então se punham à Expo lisboeta.

É também praticamente desta altura (Junho-Julho de 1990) o primeiro relatório sobre a selecção e avaliação do impacto urbanístico de um terreno para a Expo '98, aquilo que hoje poderíamos apelidar de Avaliação Ambiental Estratégica, tendo sido encarregado da sua elaboração o arquitecto Francisco da Silva Dias.

A partir de dez quesitos (área de 25 hectares e plana, ribeirinha de preferência, com possibilidade de reaproveitamento das infra-estruturas e edifícios, desejavelmente com valor paisagístico e ambiental, entre outros atributos) encontrou três hipóteses de localização:

— Na margem norte do Tejo, zona ocidental, da Torre de Belém à Doca de Santo Amaro, com eventual inclusão de instalações e terrenos na margem oposta, em Porto Brandão;

— Na margem norte do Tejo, zona oriental, em torno da Doca dos Olivais, prolongando-se para o interior e para Beirolas;

— Apesar de anterior despacho se referir expressamente à localização na cidade de Lisboa, o Grupo de Trabalho considerou ainda uma localização regional, envolvente da cidade, algures numa coroa em torno do estuário do Tejo, tendo como pontos de referência Sintra-Cascais, Carregueira, Montemor (Loures), mouchões do Tejo (Ponta da Eira, fora dos limites da Reserva do Estuário), esteiros da margem sul, Charneca da Caparica e Costa da Caparica.

Nesse verão, a equipa liderada por Mega Ferreira abandonava na prática esta última hipótese e concentrava os estudos nas outras duas. Até ao final do ano, o grupo iria atarefar-se no aprofundamento dos estudos das duas localizações – a oriente e a ocidente, embora neste último caso tenha sido considerado ser mais adequado adoptar a Doca de Pedrouços (e não o eixo Belém-Alcântara) como centro desta localização.

Em 21 de Dezembro, o Grupo de Trabalho fecha-se na Casa dos Bicos até de madrugada e aprova, por unanimidade, o relatório a enviar ao Governo. Nele se concluía que ambas as hipóteses eram viáveis e que do ponto de vista financeiro – embora com gradações diferentes – nenhuma apresentava problemas inultrapassáveis. Porém, apontava que, no cômputo global, "a solução de implantação na zona oriental" aparecia como a "mais favorável" e "a mais

capaz de contribuir decisivamente para transformar Lisboa numa cidade do século XXI", como pretendido. Terminava lembrando que, não sendo inviável nenhuma das opções, a decisão seria "eminentemente política".

A resposta viria pouco tempo depois. O Conselho de Ministros presidido por Cavaco Silva vem a seguir as recomendações do Grupo de Trabalho dirigido por Mega Ferreira e escolhe a zona oriental de Lisboa como cenário para o evento, apontando para uma área de 50 hectares entre a Doca dos Olivais e a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Beirolas. Para a decisão, anunciada a 1 de Fevereiro de 1991 na Casa dos Bicos, pesara decisivamente o maior estímulo da solução oriental para a requalificação urbana e a taxa de rentabilidade prevista ser ali muito superior à de Pedrouços.

O assunto começava a ganhar mais alguma projecção na opinião pública, embora se mantivesse como tema secundário. A batalha a travar agora seria ainda lá fora, no plano político-diplomático. Para isso, ainda nesse mesmo mês de Fevereiro, seria criada a Comissão de Promoção da Expo '98: António Mega Ferreira (presidente), António Santana Carlos (representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros) e José António Boavida Roque (representante do Ministério do Comércio e Turismo). As Necessidades e o ICEP eram vistos como alavancas fundamentais para a projecção de Lisboa. Aos três Antónios haveria de juntar-se mais tarde Rui Silva Santos, para se encarregar da gestão técnica do projecto nesta fase e da preparação do dossier formal de candidatura. Confirmando a forte autonomização progressiva do seu trabalho e as suas crescentes necessidades logísticas, a Comissão de Promoção muda para instalações próprias na Avenida 24 de Julho. Continua a dispor do apoio institucional da CNCDP e da solidariedade de Vasco Graça Moura mas, a partir de agora, está cada vez mais dependente de si própria. É o tudo ou nada.

UMA MANHÃ EM PARIS

Por esta altura, o quadro da candidatura mudara radicalmente no BIE. O Canadá, que candidatara Toronto à organização da Exposição Universal de 2000 e perdera (por apenas um voto de diferença) para a cidade alemã de Hannover, resolvera, em manobra espectacular, reconfigurar a sua proposta para uma exposição mais pequena... em 1998. Lisboa já não estava assim sozinha na corrida e tinha como adversária uma gigantesca metrópole da América do Norte, principal cidade de um país-continente do G7!

Conscientes do desafio completamente diferente que se punha à candidatura portuguesa, Mega Ferreira e seus colegas nem por isso esmoreceram. Pelo contrário. A partir daí sentiram ainda mais postas à prova todas as suas capacidades e as virtudes da ideia que o primeiro tão decisivamente ajudara a criar.

Espécie de Comité Olímpico das expos, o BIE era à data um organismo internacional ainda bem mais pequeno do que é hoje. Dispondo de uma estrutura logística mínima e sem quaisquer receitas provenientes das exposições que controlava, tinha apenas 42 estados-membros. Era a esse universo, presidido pelo inglês Ted Allan, que se iam dirigir os esforços da comissão portuguesa. E dos canadianos também.

O plano de "ataque" havia sido exposto ao ministro Couto dos Santos em Março de 1991 e tinha em conta que Lisboa devia marcar já uma posição de relevo até à Assembleia Geral do BIE a realizar três meses depois. Os argumentos portugueses eram fortes: Portugal nunca realizara uma exposição enquanto o Canadá tivera duas nos últimos 25 anos (Montreal em 1967 e Vancouver em 1986); ao adoptar a categoria das exposições reconhecidas, o BIE tinha-o feito sobretudo para permitir a países de menores dimensões e recursos abalançarem-se a esses projectos; a candidatura portuguesa fundava-se numa efeméride maior da história universal – a viagem de Vasco da Gama. Mais tarde, outros dois pontos jogariam muito a favor de Lisboa – a relevância do tema escolhido (Os Oceanos, Um Património para o Futuro) e a inquestionável importância do evento proposto para a requalificação de uma vasta área urbana muito degradada.

A estratégia apostava numa segmentação das acções de promoção por grupos de países. Em primeiro lugar, o grupo de dez países da CEE e, com especial destaque, Espanha (que já manifestara intenção de apoiar Portugal) e França (com enorme influência no BIE); havia depois o grupo de oito países da América Latina de língua espanhola; e ainda um grupo de 23 países muito diversos, do Japão à Hungria, da União Soviética à Austrália, da Tunísia à Suécia.

De Abril a Junho, Mega Ferreira vai tornar-se num super-relações públicas e diplomata. Vai saltar de país em país, com a colaboração dos dois membros da comissão e o apoio de retaguarda de um *staff* de meia dúzia de pessoas. Era o milagre em movimento.

Ao invés, do outro lado do Atlântico, num moderno edifício de escritórios de Toronto, um vasto *team* – reciclado da primeira candidatura para 2000 – trabalhava com a certeza de que desta vez a vitória não lhe fugiria.

Mega desdobra-se de capital em capital, de Havana a Minsk, impressiona os suecos com a profundidade do tema marítimo e conquista os hispânicos com a sua cultura e afinidade. Joga todo o seu charme nas audiências e aplica a sua experiência jornalística/televisiva para passar as mensagens da maneira mais certa e incisiva.

Ao mesmo tempo, dá sequência ao trabalho interno preparando tudo para receber a missão de inquérito do BIE. Faz um filme promocional, edita brochuras e cartazes, produz o primeiro *merchandising*, cria uma identidade gráfica própria, mantém à sua volta um grupo de colaboradores muito dedicado, incluindo o historiador José Sarmento de Matos. Como dirá mais tarde Vasco Graça Moura, "parece-me que ele (Mega Ferreira) teve de se meter, ao mesmo tempo, na pele do jurista e do diplomata, do arquitecto e do engenheiro, do urbanista e do empresário, do homem de cultura e do promotor turístico e em tantas outras, com uma versatilidade prodigiosa e por vezes quase... 'irritante'." Reconhecendo que essa personalidade multifacetada era imprescindível para o lugar, Vasco Graça Moura sublinha que "isso não teria chegado se essa personalidade não estivesse convencida, desde a primeira hora, de que estava metida naquilo para ganhar a aposta e de que tinha força, capacidade, engenho e artes bastantes para esse efeito".

Veio a missão de inquérito e Lisboa marcou pontos junto da delegação presidida por um ex-soviético da Geórgia que houve que transportar até Fátima, dada a sua extrema devoção pela Virgem. Tudo parecia ir certo. Mas em Portugal, apesar de informações e entrevistas mais frequentes, a opinião pública continuava bastante alheada do assunto, talvez temendo ter de se confrontar com mais uma derrota internacional, tão habituais eram esses desaires além-fronteiras.

Seguiram-se mais algumas rondas de contactos e começaram a somar-se apoios. A circunstância de Portugal ir assumir, no primeiro semestre de 1992, a presidência europeia parecia começar também a fazer sentir os seus efeitos positivos. Tudo estava em aberto.

E foi com tudo em aberto que se chegou a Paris a 23 de Junho de 1992, data da decisiva Assembleia Geral do BIE. De Lisboa, para além da Comissão de Promoção, a delegação integrava apenas o ministro Adjunto e da Juventude, Couto dos Santos, e o presidente da Câmara de Lisboa, Jorge Sampaio.

Na véspera, à beira da Opéra, no Hotel Scribe, onde sempre ficava alojada, a Comissão fazia a última contabilização dos apoios recebidos dos diversos países para a votação. Mas não havia certezas dada a natureza secreta do voto, a ser exercido através da pessoa de cada um dos delegados ao BIE, por regra membros das respectivas embaixadas em Paris. Muitos deles manifestavam solidariedade com a candidatura lisboeta e mostravam-se sensibilizados por Portugal os ter convidado a visitar, em Sevilha, uma expo – coisa que nunca acontecera antes, apesar de serem eles quem escolhia as localizações de tais eventos...

O sonho era possível mas quem na manhã da verdade entrasse no auditório da Union Internationale des Chemins de Fer, em pleno Champs de Mars, à beira do Hilton e da emblemática Torre Eiffel – símbolo de uma outra expo, um século antes – perderia todas as esperanças. As mesas dos delegados estavam cobertas de materiais promocionais de Toronto. Aqueles sacos com enormes folhas de plátano vermelhas estampadas eram uma péssima recepção. Na sala tudo parecia jogar contra Lisboa. Os canadianos vinham com uma representação enorme, acompanhados por um grupo significativo

de jornalistas. Transpiravam a empáfia da grande potência. De Lisboa apenas viajara um jornalista do *Público*, o autor destas linhas, que ali se juntava a um correspondente local.

Chegara o momento desejado com a sensação de que, fosse qual fosse o desfecho, aquela equipa fizera um trabalho extraordinário, com pouquíssimos recursos humanos e financeiros. Apenas com muito talento, muito esforço e muita convicção.

Mas às 11h23 de Paris, a agência Lusa já podia divulgar a vitória de Lisboa que conquistara 23 votos, contra 18 de Toronto e uma abstenção. A sala irrompia numa grande salva de palmas, viam-se lágrimas nos olhos dos poucos portugueses e de vários delegados e sentia-se uma pesada decepção entre os canadianos. Pela primeira vez em quarenta anos um país pequeno ia organizar uma exposição internacional – a última do século!

O britânico Ted Allan, presidente do BIE, não podia disfarçar a decepção que lhe ia na alma. Logo após a votação, exprimiu as suas condolências a Toronto e fazia como que uma pesada advertência e um anúncio de vigilância severa a Lisboa pela enorme responsabilidade que assumia ao ganhar. Ao contrário do que seria de esperar, não concedeu sequer um período de interrupção para os cumprimentos que se impunham por parte dos delegados.

A vitória viria a ser festejada em círculo íntimo com um brinde ao almoço em modesto restaurante vizinho pela delegação portuguesa, incluindo governante e autarca, porque o tempo também não dava para mais, havia aviões para tomar. Apenas se teve hipótese de uma curta passagem pela Embaixada para os primeiros contactos e mensagens de felicitações vindas de Lisboa. A pergunta que parecia subjacente a todas as conversas era: “Ganhámos. E agora o que vai acontecer?”

'98

passos de uma utopia

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Gabinete do Ministro

Monsieur Jacques Sol-Rolland
Président
Bureau International des Expositions
56, avenue Victor Hugo
Paris 75783
FRANCE

Monsieur le Président,

J'ai l'honneur de vous faire part de l'intention du Gouvernement portugais d'organiser, en 1998, une exposition internationale dont le thème serait la célébration du 500ème anniversaire du voyage de Vasco da Gama qui le premier découvrit la route des Indes.

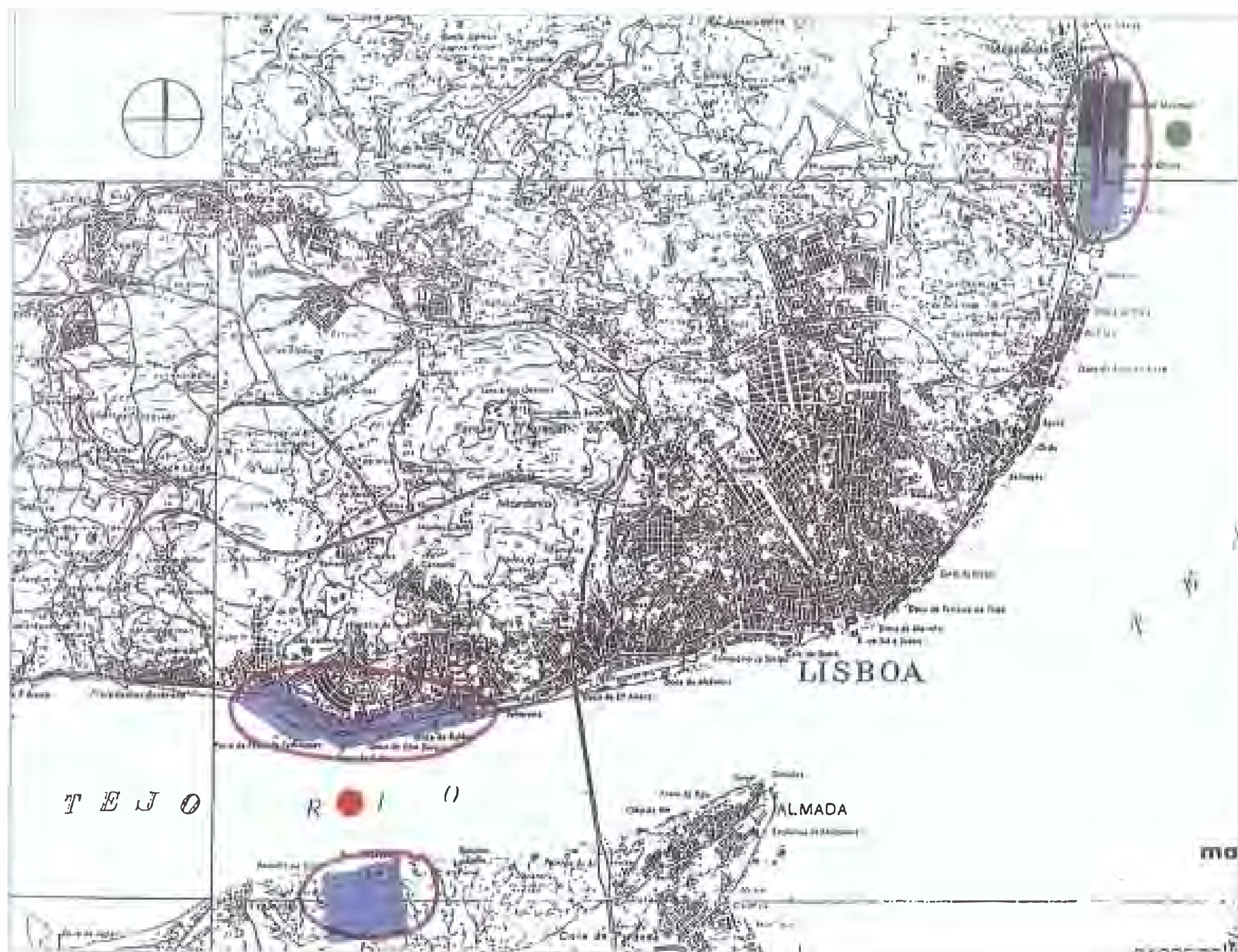
Le project de l'exposition a été préparé par la Commission nationale pour les Commémorations des Découvertes portugaises, créée par le Gouvernement portugais, qui d'ici à l'an 2000 travaillera à la mise-en-oeuvre de projects qui visent renforcer le dialogue culturel, scientifique, économique et civilisationnel entre l'Europe et les autres continents, dans l'esprit qui a amené les navigateurs portugais à croiser les mers, voici plus de cinq cent ans.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES
SECRETARIA
ENT.: 2599
DATA: 11 DEZ 89
PROC.: 12.18/29.2(50.5)

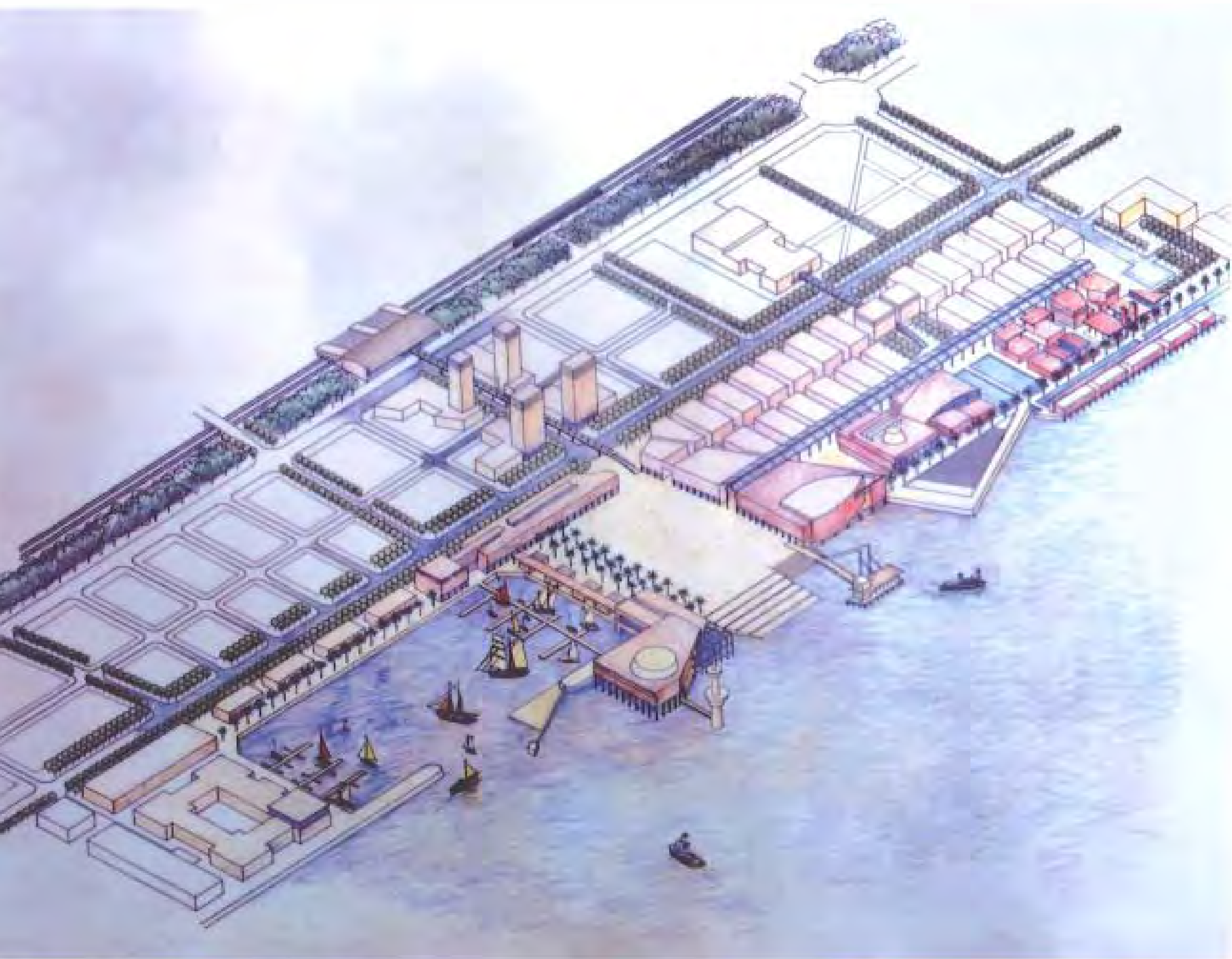
 A carta oficial de candidatura assinada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro



Numa primeira fase foram estudadas várias hipóteses de localização na Área Metropolitana



29 *No final estiveram em avaliação dois cenários, um a ocidente em Pedrouços e outro a oriente nos Olivais*



Uma das primeiras visualizações do recinto da Expo '98

```
0065    23 06 92 10:23
INTERNAC     NUM=133213

(PARIS)  -01-

LISBOA-98: LISBOA GANHOU A TORONTO POR 23 CONTRA 18, UMA ABSTENCAO

       PARIS, 23 (LUSA) - LISBOA GANHOU A TORONTO A CANDIDATURA 'A
EXPOSICAO INTERNACIONAL DE 1998 (EXPO-98) - SOUBE A AGENCIA LUSA NO
LOCAL DA VOTACAO, EM PARIS.
       O JURI DO +BUREAU+ INTERNACIONAL DE EXPOSICOES, REUNIDO EM
PARIS E CONSTITUIDO POR DELEGADOS DE 42 PAISES, DECIDIU POR 23 VOTOS
A FAVOR DE LISBOA, 18 A FAVOR DO CANADA E UMA ABSTENCAO.

       LUSA/FIM
NNNN
```

 Vitória à beira da Torre Eiffel, símbolo de uma outra exposição um século antes

UMA EMPRESA PARA DUAS MISSÕES

Dar bem conta do recado era a gigantesca tarefa que agora se punha pela frente. A partir desse momento era já o orgulho nacional que estaria em causa. Não se podia falhar.

Para liderar o projecto nesta nova fase Cavaco Silva tem uma escolha inesperada: António Cardoso e Cunha. Há seis anos comissário português em Bruxelas – o primeiro desde a adesão do nosso país – Cardoso e Cunha vai ser Comissário-Geral da Expo '98 e Presidente da Parque Expo 98 SA, a empresa que, no início de 1993, é constituída para concretizar o projecto.

Cardoso e Cunha tinha sido capaz de, vencendo todas as desconfianças e dificuldades, afirmar Portugal como novo membro na Comissão Europeia e o Primeiro-Ministro achava agora que ele era o homem certo para um desafio também pioneiro e complexo. O Governo terá, todavia, o cuidado de, antes de anunciar a sua escolha, fazer saber a Mega Ferreira que também conta com o líder da fase anterior pois tinha clara noção de que se Cardoso e Cunha, figura nacional do PSD, podia aplacar problemas políticos e ser um grande mobilizador de energias, Mega Ferreira, um socialista não filiado, era quem tinha a ideia e o conceito da exposição na cabeça, para além de ter acabado de conseguir obter uma brilhante vitória no BIE.

O Comissariado da Expo '98 vai agrupar, a partir da Primavera de 1993, representantes dos mais diversos ministérios, das Câmaras de Lisboa e de Loures e da CNCDP. Até ao final da Expo, este vai ser o órgão político de coordenação global do projecto, embora sem funções executivas. Essas seriam cometidas a uma sociedade anónima de capitais públicos – a Parque Expo 98 SA – a constituir pelo Estado e pelos Municípios de Lisboa e de Loures. Terá uma dupla missão: conceber, planear e executar a Expo '98 com a maior qualidade possível e promover todo o projecto de reordenamento urbano e requalificação ambiental a ela associado. Na sua Administração estarão António Cardoso e Cunha (presidente), António Mega Ferreira, José Alberto Tavares Moreira e Joaquim Cabral de Menezes. Poucos meses depois, este último abandonaria, todavia, funções passando a integrar o órgão executivo dois novos elementos: António Manuel

Pinto e Wladimiro Ricardo. As duas autarquias estavam representadas na administração com membros não executivos. Vasco Graça Moura, o outro "pai" da ideia, seria designado presidente da Assembleia Geral da empresa.

A sociedade anónima de capitais públicos iniciou a sua actividade e manteve-a durante muito tempo com um capital social muito reduzido – 500 mil contos (2,5 milhões de euros). O Comissário-Geral não pôs como condição ao Primeiro-Ministro que ele dotasse a empresa de um montante mais avultado: "dê-me terrenos e poder administrativo", terá antes dito Cardoso e Cunha a Cavaco Silva. E assim foi. Apostava-se sobretudo na capacidade de a Expo e, sobretudo, o programa urbano, gerarem as receitas para pagar a operação. "Com o pêlo do próprio cão", como então se dizia.

A Parque Expo vai receber um conjunto de terrenos – grande parte deles sem qualquer uso adequado – do Porto de Lisboa e adquirir depois um conjunto de outros espaços de quatro grandes petrolíferas, do Exército, do Matadouro e de outras entidades, fazendo nascer uma zona de intervenção de cerca de 340 hectares, distribuída pelos concelhos de Lisboa (cerca de 60%) e de Loures (40%). Com a transferência da propriedade de alguns destes terrenos, o capital da empresa passaria para cerca de 100 milhões de euros.

O território definido era uma longa língua de cinco quilómetros de extensão à beira-rio. Os seus limites: a norte o rio Trancão, a oeste a linha do Norte, a sul a Avenida Marechal Gomes da Costa, a este o rio Tejo. Desde o início, as Câmaras de Lisboa e de Loures viram a enorme oportunidade que a Expo trazia para a valorização dos respectivos concelhos. Jorge Sampaio (PS) e Demétrio Alves (PCP), então presidentes das duas autarquias, vieram a ser aliados muito importantes da Parque Expo, revelando que mais importante do que quaisquer divergências com o Governo PSD, estava o interesse de um projecto cada vez mais estratégico do ponto de vista nacional e metropolitano.

O (pouco) tempo para fazer face a tão grande desafio tornou--se, paradoxalmente, factor positivo para a Expo '98. Não havia espaço de manobra, nem um minuto a perder. Por isso, Cardoso e Cunha avisou que não teria condições para enfrentar conflitos artificiais ou desnecessários. Faria o que deveria ser feito, naturalmente respeitando os direitos de cada um. O Parlamento compreendeu a urgência e, sem levantar falsas questões, dotou a Parque Expo de poderes especiais para poder intervir urbanisticamente na zona.

A rápida libertação das actividades instaladas tornou-se tarefa principal de dois homens: António Norton de Matos encarregou-se de inúmeros processos, desde a saída de sucateiros e armazéns de ferro-velho, passando pela remoção de mais de 15 mil contentores danificados até ao sensível realojamento de um bairro precário de algumas centenas de pessoas, muitas das quais de etnia cigana; Wladimiro Ricardo, engenheiro químico, esteve mais concentrado no apagar da chama da velha refinaria da Sacor, agora Petrogal, e das vastas instalações de armazenamento de combustíveis da Shell, Mobil e BP que a circundavam e que há muito constituíam ameaça para a segurança da capital. Começava o mais vasto e profundo programa de regeneração ambiental que Portugal já havia visto. Ela incluiria processos inéditos como a descontaminação de solos das petrolíferas, a selagem do velho aterro de resíduos sólidos urbanos de Beirolas e a limpeza do Trancão, então considerado como o rio mais poluído da Europa. Ia acabar a grande lixeira da cidade de Lisboa.

Simultaneamente, a área dependente de Mega Ferreira avançava no conceito e marketing da Exposição. A 10 de Junho de 1993, Dia de Portugal, na presença dos titulares dos quatro órgãos de soberania, são apresentados no Centro Cultural de Belém o logótipo e a mascote da Expo. Esse processo revelava o primeiro grande momento de envolvimento da sociedade portuguesa no projecto: o concurso aberto para escolha dos símbolos motivara a apresentação de 1288 propostas de logótipo e 309 relativas a mascotes! O trabalho de avaliação do júri, integrando nomes como Helena Vaz da Silva, Paulo Varela Gomes, Manuel Rosa, José de Guimarães, Manuel Graça Dias e Robin Fior, revelou-se muito difícil. Finalmente chegara-se a um consenso: o "logo", uma espécie de bandeira náutica azul de forma oval com um sol amarelo a despontar, nascera da inspiração de Augusto Tavares Dias, director criativo de uma agência de publicidade em Lisboa; a mascote, fazendo lembrar um "rapaz-onda", surgira das mãos de António Modesto e Artur Moreira, professores na Escola Superior de Belas-Artes do Porto. A própria designação da figura tridimensional haveria de convocar todo o país já que o nome nasceu de 770 diferentes hipóteses chegadas à sede da Expo após um convite dirigido a escolas de norte a sul do país. "Gil" haveria de ser a escolha surgida da proposta de um jovem da Escola C+S de Barrancos, vila raiana que haveria de receber, meses mais tarde, em peso, uma festa com a "sua" mascote.

’98

cidade esque-cida





Uma refinaria e um enorme parque de armazenagem de combustíveis em plena zona urbana

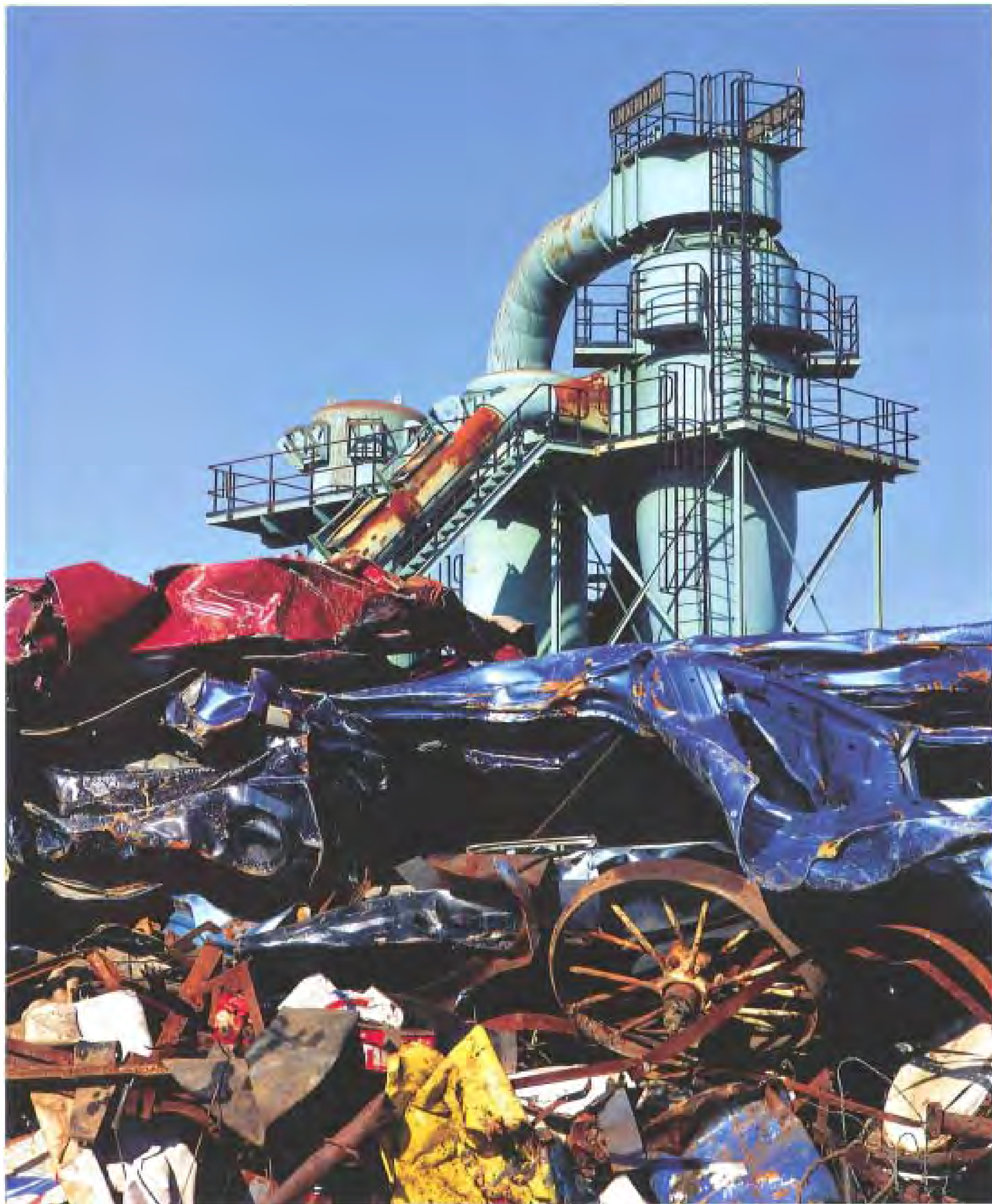






Restos dos velhos tanques de África em frente a Moscavide





Ferro-velho e sucatas na primeira linha do rio





Dezoito mil contentores sem uso estacionados em frente ao Mar da Palha



 Trancão: a triste fama de ser o rio mais poluído da Europa



Doca dos Olivais já sem hidroaviões mas atolada em lodo



 Matadouro Industrial de Lisboa à beira de habitações







PENSAR O EFÉMERO COMO DEFINITIVO

Como seria o recinto da Expo? E como se articularia ele com toda a Zona de Intervenção e com a própria cidade? Para trás, do tempo da candidatura, estavam visualizações e esboços feitos por arquitectos como Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, Miguel Arruda, Carlos Duarte e José Lamas. Agora precisava-se de criatividade centrada em dados mais precisos. Um Concurso de Ideias é então lançado para o recinto, tendo surgido propostas de 150 profissionais, aos quais apenas se garantira a possibilidade de serem consultados para a realização de um projecto no espaço da Expo. O júri vai incluir nomes de forte impacto da arquitectura nacional e estrangeira como Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, Troufa Real, Joan Busquets, Frank Gehry e Jean Nouvel. Os resultados seriam expostos no Museu da Electricidade, onde eram anunciados os distinguidos.

Mas a Expo era um processo muito dinâmico e com muitos dados ainda em aberto. Um deles, só por si, complicava tudo: em 1993 era completamente impossível imaginar quantos países participantes teria o evento, o que condicionava muito o desenho do recinto. Mas não só: com vários projectos fundamentais associados por definir (a estação era apenas um deles), cedo se iria perceber que entregar a gestão de todo o processo a um *project-manager* externo – processo que ainda foi iniciado – seria opção condenada ao fracasso. Seria assim a Parque Expo a encarregar-se da coordenação de todos os dossiers.

Na sede da Avenida Marechal Gomes da Costa – antigas instalações da Dialap (lapidação de diamantes de Angola) – as equipas começam a formar-se. Iam tratar de outra preciosidade: eram técnicos de grande nível, recrutados no sector privado e no público, que responderam ao apelo irrecusável de participar no projecto. Cardoso e Cunha mostra visão larga e confia nas opções de Mega Ferreira para a definição programática e estética dos pavilhões e de um recinto que se quer completamente “embebido” de mar. Ao mesmo tempo, são feitos os primeiros contactos visando convites para projectos singulares – o norte-americano Peter Chermayeff é desafiado a conceber o Pavilhão dos Oceanos (já então baptizado de Oceanário); mais tarde, será Álvaro Siza Vieira, o mais famoso dos

arquitectos portugueses, a responder positivamente à aposta de criar o Pavilhão de Portugal. Os resultados de tais escolhas haveriam de ser verdadeiramente retumbantes: na velha Doca dos Olivais, o maior aquário da Europa e um edifício com uma impressionante pala de betão haveriam de converter-se em motivo de espanto, autênticos ícones da moderna Lisboa...

Por outro lado, o Presidente da Parque Expo entrega a António Pinto, com larga experiência na área do planeamento, a responsabilidade do urbanismo e das acessibilidades da Expo. Tendo inicialmente como consultor urbanista Nuno Portas, a Zona de Intervenção será objecto de um plano global de urbanização (o PUZI). Aprovado em 15 de Julho de 1994, será depois subdividido em seis planos de pormenor, confiados, após consulta, a diferentes arquitectos. Um destes planos, da autoria de Manuel Salgado, co-autor do Centro Cultural de Belém, corresponderá ao recinto da Expo e representava o "coração" do território a recuperar. Compatibilizar o período Expo com o pós-Expo foi uma tarefa excepcionalmente delicada mas nela residiu um dos grandes segredos para o sucesso geral do empreendimento.

Estava-se ainda em 1993 quando se deram outros passos fulcrais para garantir esse futuro urbano. A Parque Expo convencia a Câmara de Lisboa de que a melhor localização para o desejado pavilhão multiusos da capital seria o recinto; ao mesmo tempo, a Associação Industrial Portuguesa, presidida por Rocha de Matos, concretizava a negociação para a instalação na área da nova Feira Internacional de Lisboa. O alcance das duas decisões era enorme: não só a Expo utilizaria aqueles edifícios temporariamente como pavilhões (da Utopia e Área Internacional, respectivamente), deixando de investir noutros edifícios efémeros, como garantia fortíssimos pólos estratégicos para a nova zona urbana. A articulação chegou mesmo ao extremo de pensar a principal porta de entrada do recinto – precisamente aquela que se abria para a Estação do Oriente – como a primeira fase daquele que viria, mais tarde, a ser o Centro Comercial Vasco da Gama. Poucos se darão hoje conta de que na altura entraram na Expo através dos "toscos" daquele que é hoje um dos mais bem sucedidos *shoppings* do país...

Começava também então outra revolução em Lisboa, a das acessibilidades. Como em todos os processos semelhantes, a Expo '98 foi o pretexto para concretizar ou antecipar velhas metas da capital. É nessa altura assegurado que a segunda ponte sobre o Tejo, sonho antigo e necessidade premente, estará pronta a tempo da festa; e que o Metropolitano se comprometia a antecipar a Linha do Oriente a qual, partindo da Alameda e atravessando Olaias, Chelas, Olivais e Cabo Ruivo, haveria de chegar à nova estação multimodal. Joaquim Ferreira do Amaral, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não tendo a tutela governamental da Expo '98 – que estava formalmente com Fernando Nogueira – teve, todavia, papel muito relevante nesta conjugação de decisões políticas, sem as quais tudo poderia deixar de funcionar. Desde aceitar "desviar" a amarração da Ponte Vasco da Gama para Sacavém, evitando que os pilares assentassem por cima da Doca dos Olivais, no que viria a ser o recinto da Exposição, até a levar por diante os planos da variante à EN 10. A estas melhorias juntar-se-iam várias alterações muito sensíveis na rede viária envolvente da Expo '98, as quais, mediante acordo com os Municípios de Lisboa e de Loures, seriam executadas pela Parque Expo.

Por esta altura, já Sevilha havia organizado com brilhantismo a sua Exposição Universal de 1992. Exaltada como festa excepcional, a Expo '92 começava entretanto a receber fortes críticas como herança urbana. Apostando num conceito de parque tecnológico monofuncional, a Cartuja 93 começava a evidenciar desequilíbrios que só mais de uma década depois haveria de resolver, pelo menos parcialmente. É que, fora das horas de funcionamento das empresas lá instaladas, a área parecia um deserto. Ao contrário, a Barcelona das Olimpíadas de 1992 deixava um legado urbano muito positivo, na sua diversidade funcional.

Não causou surpresa que uma das primeiras decisões da equipa executiva da Parque Expo tenha sido conhecer directamente os dois projectos. Evitar o síndrome de Sevilha era tarefa fundamental para Lisboa, condição base para se pôr a salvo da crítica nacional, sempre tão exacerbada. A Expo '98 irá procurar a síntese perfeita: uma exposição com o grau de atractividade imprescindível à festa mas garantindo a perenidade urbana, através de um modelo multifuncional juntando a habitação aos escritórios, ao comércio, à ciência e ao lazer. E com âncoras urbanísticas e acessibilidades que desde o início fossem suficientemente fortes para garantir vida futura à zona. Nasceu então a marca Expo Urbe, primeiro selo comercial dado ao programa imobiliário de venda de lotes de terreno. De 2,4 milhões de metros quadrados de construção previstos no total, 1,2 milhões destinavam-se a habitação, 636 mil aos serviços, 198 mil ao comércio e restauração, 330 mil a equipamentos colectivos e 87 mil a equipamentos diversos. Estimava-se que até 2009 estivessem construídos cerca de 10 mil fogos para 21 mil residentes e que nas empresas da área viessem a trabalhar 22500 pessoas. O estacionamento previsto era constituído por 60 mil lugares, dos quais 36 mil para uso privado.

Se no plano interno já tudo fervilhava, começavam também novos trabalhos a nível externo. Havia agora que mobilizar a máquina diplomática e de promoção para tentar trazer a Lisboa o maior número possível de países e organizações internacionais. Boa parte do êxito de uma expo media-se por esta adesão e os dirigentes da Parque Expo sabiam-no muito bem.

Até 1998 apenas se realizaria uma única exposição – a de Taejon, na Coreia, em 1993. Uma outra, prevista para Budapeste em 1996, acabou por sucumbir um ano antes da abertura por incapacidade dos seus organizadores em montar o evento. A responsabilidade da participação portuguesa na Expo da Coreia foi cometida pelo Governo à Parque Expo, que muito pouco tempo antes havia sido constituída. Mas a missão foi bem cumprida. O Presidente da República, Mário Soares, já então grande adepto da ideia da Exposição, deslocou-se à Expo '93 e ao Japão, para sensibilizar os dois países para a sua presença em Lisboa. Eusébio (grande obreiro da célebre vitória sobre a Coreia do Norte em 1966) e Rosa Mota (medalha de ouro em Seul), duas figuras míticas naquele país, fariam o resto, para delírio dos coreanos.

A grande novidade viria, todavia, de outro eixo de trabalho desenvolvido pela Expo '98. Logo em 1993, Portugal lançara, perante o Director-Geral da Unesco, Federico Mayor Zaragoza, a ideia de que as Nações Unidas viessem a declarar 1998 como Ano Internacional dos Oceanos. Esta aproximação era inteiramente inovadora e, se concretizada, faria com que pela primeira vez na história das expos, o seu tema estivesse "alinhado" com as preocupações do mais importante areópago mundial.

Mário Ruivo, que já tivera papel destacado na definição do tema, era novamente o agente catalisador desta opção, bem agarrada pelas Necessidades. E foi já quase sem surpresa mas com emoção que, depois de ultrapassar várias etapas, a proposta portuguesa viria a ser aprovada, por unanimidade, pelos 185 países representados na Assembleia Geral da ONU. Estava-se em 19 de Dezembro de 1994 e Cardoso e Cunha, sentado ao lado do Embaixador Pedro Catarino no hemiciclo de Nova Iorque, ainda não sabia em que medida esta deliberação iria moralmente "obrigar" muitos países ainda hesitantes a confirmarem a sua participação na Expo '98. Ninguém iria poder mostrar-se alheio a um evento mundial totalmente dedicado ao tema do ano decretado pelo sistema das Nações Unidas.

O MAIOR ESTALEIRO DA EUROPA

No terreno, a paisagem começava entretanto a mudar. O ano de 1994 marcou o início das demolições e desmantelamentos das velhas construções da Zona de Intervenção. A própria preparação dos 340 hectares, uma faixa com extensão que poucos sabem equivalente à distância entre o Terreiro do Paço e Entrecampos, revelou-se uma verdadeira epopeia. Homens e máquinas lançam-se com denodo ao trabalho. Antes de começar a "cortar" as 35 mil toneladas de enormes tanques em pequenos pedaços conduzidos de comboio até à Siderurgia da Maia, houve que garantir, transitoriamente, um mini-parque de armazenamento de combustíveis, para evitar rupturas no abastecimento. Houve também que construir, em tempo recorde, junto ao Campo de Tiro de Alcochete, um edifício que assegurasse ao Exército um novo Depósito Geral de Material de Guerra para poder libertar as instalações de Beirolas onde jaziam os velhos tanques cansados da Guerra de África. Houve ainda que convencer muitas autoridades de que a demolição do Matadouro Industrial de Lisboa – que às vezes deixava escapar porcos e burros pelas ruas circundantes – não implicava a construção de uma nova unidade mas apenas a distribuição da capacidade de abate pelas instalações já existentes nos concelhos limítrofes. Houve ainda que ter a coragem de lançar, com as Câmaras de Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira (hoje também Odivelas), o projecto da construção da primeira central de incineração de resíduos sólidos urbanos – a Valorsul – que permitisse selar o aterro sanitário e a estação de tratamento de Beirolas. Houve, finalmente, que acompanhar o processo de deslocalização de 117 unidades (3200 trabalhadores) que ocupavam a área em actividades muitas vezes rudimentares ou obsoletas, o que foi garantido sem impactos particularmente significativos.

Foram decisões de grande alcance, estruturais, que Lisboa e a Área Metropolitana ficarão para sempre a dever à Expo e à determinação dos seus dirigentes, com Cardoso e Cunha à cabeça. O que noutras circunstâncias se afiguraria impossível – negociar em tempo curtíssimo o fecho de uma refinaria e dos depósitos com quatro grandes companhias petrolíferas, discutir com o Exército e muitos ministérios ou juntar municípios para projectos comuns de grande fôlego – tornou-se ali realidade incontornável. "Para nós, só o tempo é inegociável", afirmava então o Presidente da Parque Expo. Estava cheio de razão. Qualquer deslize seria a morte do artista.

Logo na fase da limpeza do terreno, a preocupação ambiental era evidente. Tudo foi feito na perspectiva da reciclagem, tendo sido mesmo montada uma central que transformou 1,1 milhões de toneladas de betão demolido em brita reutilizada na construção dos novos arruamentos da zona. Preocupação especial foi tida com as (poucas) árvores existentes, algumas das quais tiveram de ser transplantadas para outros locais do terreno para evitar a sua condenação.

Enormes *bulldozers* e pás carregadoras cruzavam a ZI em ritmo incessante, num cenário que mais parecia próprio de desbravadores do Novo Mundo. O Mar da Palha via nascer o maior estaleiro da Europa. O primeiro registo sobre a mão-de-obra permanente dos empreiteiros e subempreiteiros é da semana 26 de 1995 e permitiu apurar 733 trabalhadores. O maior volume simultâneo ocorreu na semana 4 de 1998 com um total de 11114 trabalhadores permanentes, num verdadeiro formigueiro humano concentrado numa única data.

A construção da Expo haveria de transformar-se num excepcional exemplo quer pela reduzida taxa de acidentes, possível com uma renovada atenção às questões de segurança, quer pela quase total ausência de conflitos laborais, porque precedida de um acordo social celebrado entre a Parque Expo, as associações patronais e parte das associações sindicais (as restantes vieram, todavia, na prática, a partilhar os objectivos celebrados). Também neste capítulo a Exposição Mundial foi extraordinária – cada um dos seus mais humildes obreiros, com os africanos em bom número, a sentiu um pouco como sua.

Outros campos iriam ainda mostrar o carácter emblemático do projecto. Limpo e modelado após a movimentação de 2,6 milhões de metros cúbicos de solos, o terrapleno estava pronto a receber infra-estruturas e construções. Pensando já no pós-Expo, foi criada uma galeria técnica subterrânea, percorrendo a Zona de Intervenção, com uma extensão de 6200 metros para receber as redes dos principais serviços. Neste túnel de 4,05mx3,40m, viriam a ser instalados os sistemas de transporte de águas quentes e frias, recolha de lixos por sucção, água potável, rega, redes eléctricas e telecomunicações. Com esta galeria, evitava-se que, no futuro, qualquer avaria ou manutenção obrigasse a esburacar a via pública, ao permitir-se a entrada fácil no seu interior através de escadas acessíveis a partir da rua. A nova urbanização disporia de fibra óptica, de uma central de produção de frio e calor e queria dispensar a passagem de viaturas do lixo pelas suas ruas, apostas que representavam uma forte atractividade para os seus futuros investidores e utilizadores.

Em Maio de 1994, Santiago Calatrava prometia que a Estação do Oriente – na dupla evocação da sua localização urbana e da efeméride de Vasco da Gama – seria "a mais moderna da Europa". A verdade é que a promessa do arquitecto-escultor do betão veio a revelar-se tão real que muitos acharam desde logo que o projecto era tão espectacular que a plataforma não deveria ter qualquer edifício a enquadrá-la para poder afirmar plenamente as suas linhas arrebatadoras. Lisboa ganhava mais um marco indiscutível.

Na maior parte das vezes por concurso – Calatrava tivera de competir com outros nomes maiores da arquitectura europeia, como Ricardo Bofil, Nicholas Grimshaw ou Rem Koolhaas – iam sendo escolhidos os autores dos principais pavilhões da Expo.

Já com o arquitecto Vassalo Rosa a coordenar o departamento urbanístico afinam-se os planos de pormenor. O recinto haveria de ser o "coração" de tudo. E, nele, a Doca dos Olivais seria o elemento organizador de todo o espaço. Construída na década de 30 para os velhos *clippers* da Pan American que faziam a viagem de 24 horas entre Nova Iorque e o Mar da Palha, a Doca estava completamente desaproveitada e atolada em lodo. Mas tinha um potencial espantoso como *piazza d'acqua*, numa simetria invisível com a Praça do Império de Belém e com a Praça do Comércio entre as duas. Isso mesmo vai ser perfeitamente entendido pelos urbanistas que vão estruturar em torno deste enorme rectângulo aquático três das mais simbólicas construções da Exposição: o Pavilhão dos Oceanos de Chermayeff, o Pavilhão de Portugal de Álvaro Siza e o Pavilhão da Utopia de Regino Cruz (associado à Skidmore Owings and Merrill). Os três projectos, ainda que só na fase de maqueta, já impressionam fortemente portugueses e estrangeiros. O maior aquário da Europa recriava os diferentes oceanos e seus habitats em torno de um gigantesco tanque central com paredes de vidro acrílico; as linhas geométricas de Siza abriam-se na sua alvura para uma praça cerimonial coberta por uma pala de betão curva como nunca se houvera visto; e o futuro pavilhão multiusos deixava todos de boca aberta com o seu tecto de longas asnas de madeira laminada a lembrar o enorme cavername invertido de uma nau quinhentista.

Cada novo projecto era motivo de espanto. O Pavilhão do Conhecimento dos Mares, de João Luís Carrilho da Graça, na sua estrutura ortogonal em betão branco impressionava ainda pela fantástica entrada e pela imponência da sua nave central vertical. O Pavilhão do Futuro, de Paula Santos, Rui Ramos e Miguel Guedes, iria fascinar o visitante não só pela estrutura circular revestida a madeira da Sala do Atlas mas também com a descida em espiral levando à exploração do Azul Profundo.

Mas haveria mais: no Pavilhão da Realidade Virtual, de Manuel Vicente, a arquitectura convocava para o exercício das linguagens futuristas do interior enquanto a imaginação dos criadores da Expo permitia transformar a velha ponte-cais de descarga de petroleiros numa das mais animadas áreas do recinto – a Exibição Náutica que, qual pavilhão ao ar livre, haveria de acolher fantásticas embarcações históricas e tradicionais de Portugal e de tantos outros países.

Parte muito importante do recinto seriam os pavilhões dos diferentes países e organizações internacionais. A quatro anos de distância era completamente impossível prever qual seria a adesão à Expo '98, aliás um dos critérios para se aferir o seu êxito. Para mais, neste tipo de exposições, cabe ao país organizador fornecer os espaços aos participantes. A solução encontrada revelou-se excelente. Foi criada a Área Internacional Norte com a dimensão e as características negociadas com a AIP para a futura FIL; e previu-se uma Área Internacional Sul, esta já com carácter efémero, para a qual se reservou espaço que, de algum modo, se poderia ir "esticando" até à data limite de inscrição dos países. E enquanto a primeira, como já se disse, se veio a converter na sucessora das velhas instalações da Junqueira, a área provisória acabou por ser quase totalmente vendida após a Expo para diferentes municípios (Torres Vedras, Beja, etc) que aproveitaram os módulos para fazerem os seus próprios parques de feiras, mostrando que a reciclagem podia ser feita não só no recinto como a muitos quilómetros de distância.

O recinto iria estar todo ele impregnado do tema dos Oceanos. Desde os Jardins da Água aos Jardins Garcia de Orta, passando pelos pavilhões das organizações nacionais e das empresas patrocinadoras, a água era o fio condutor. Fisicamente, a presença do Tejo – Lisboa viria a fazer a descoberta do extraordinário Mar da Palha com a regeneração urbana desta zona – ajudava muito. Mas o próprio espaço público, com os vulcões de água e a cascata (em que todos haveriam de gostar de se molhar) junto ao Teatro Camões ou o desenho do próprio pavimento contribuíam muito para transmitir esse ambiente aquático. Mérito muito grande para Manuel Salgado que conseguiu fazer do espaço público da Expo algo com uma qualidade a que os portugueses não estavam habituados e que, desde logo, iria contagiar os visitantes.

’98

um imenso estalei-ro



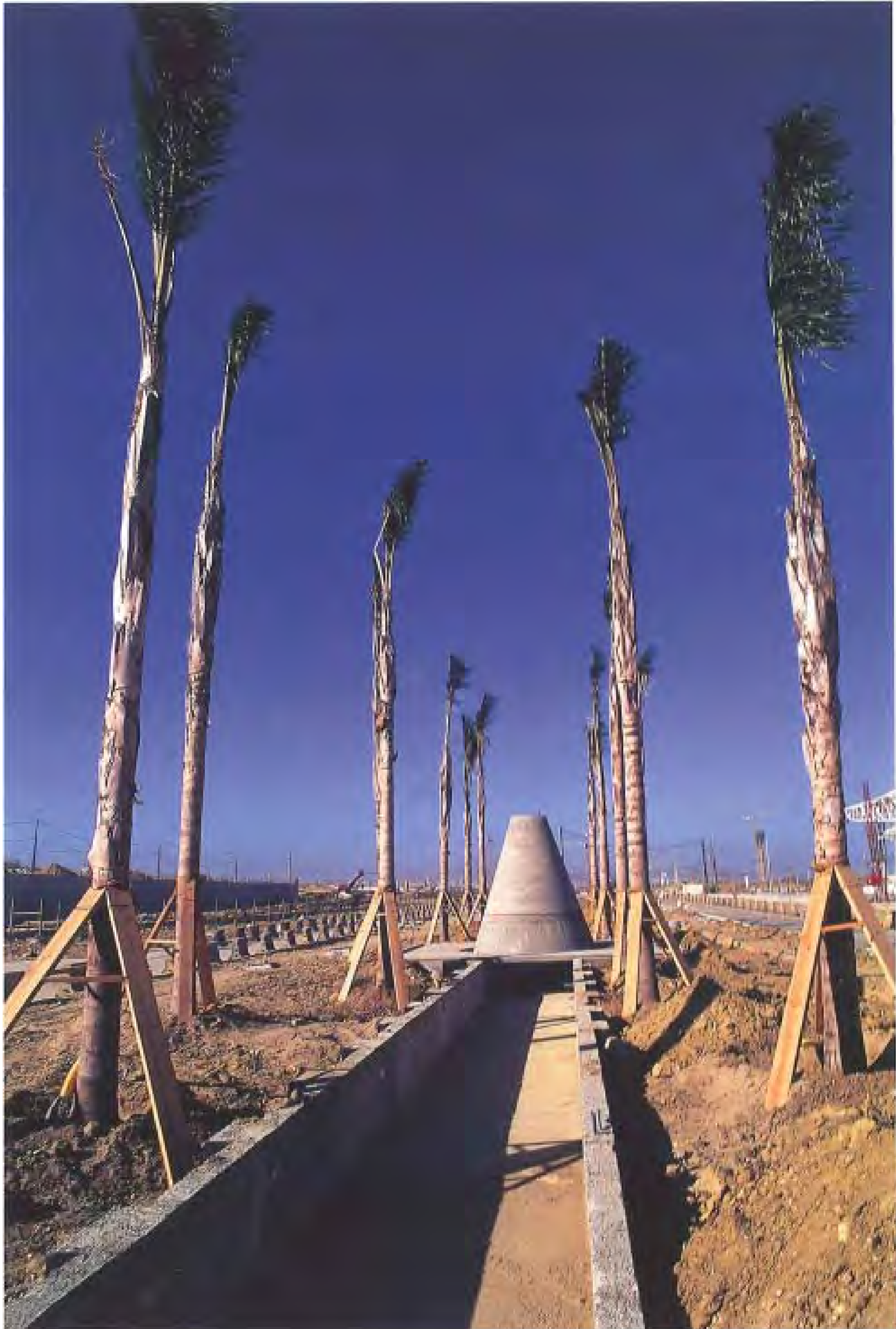
 Estaleiro gigantesco que num só dia chegou a congregar 11114 trabalhadores



Torre Vasco da Gama em vésperas de ser um novo ícone na capital



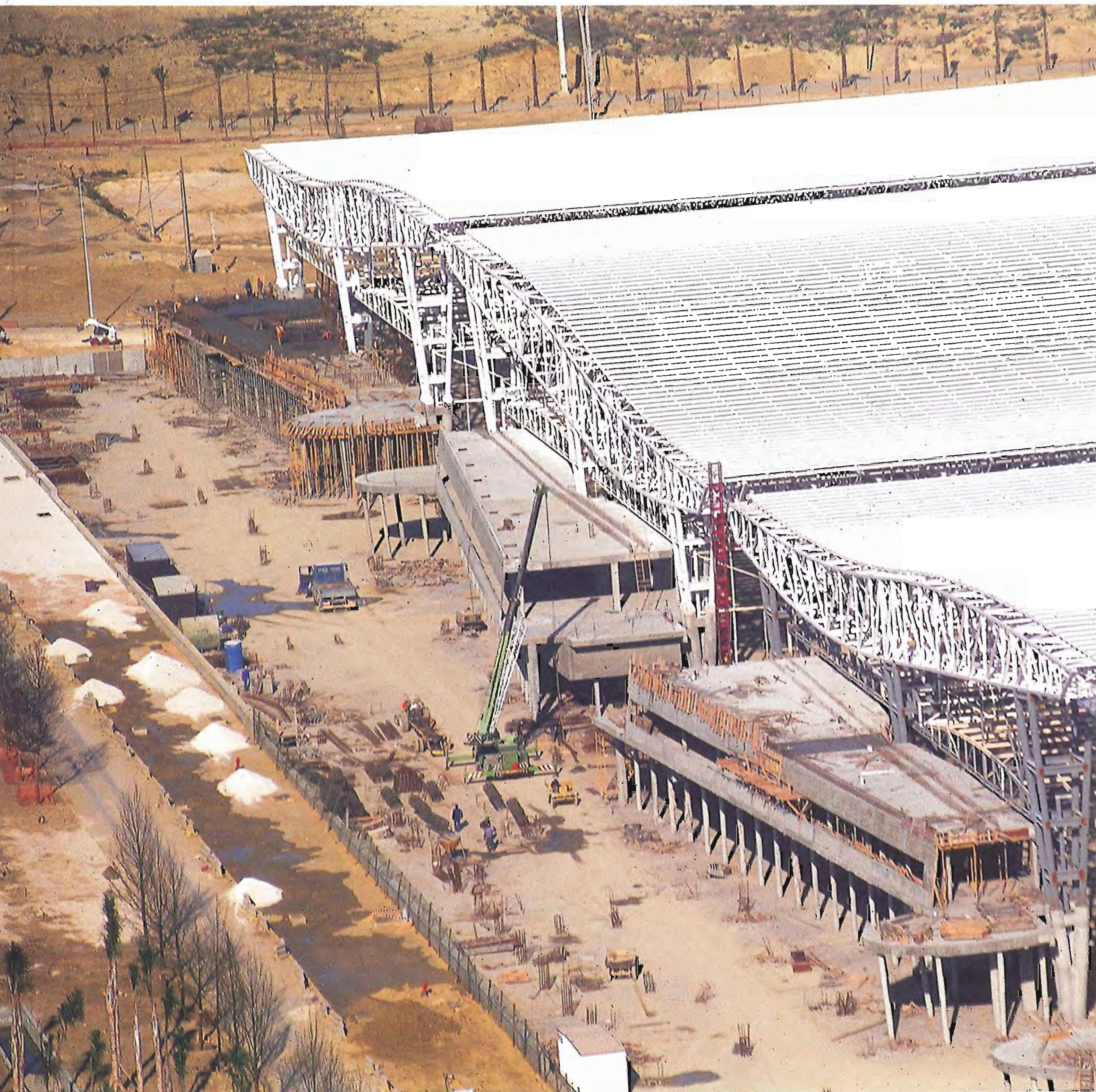
 Várias dezenas de carpinteiros navais colaboraram na montagem das cofragens da Estação do Oriente





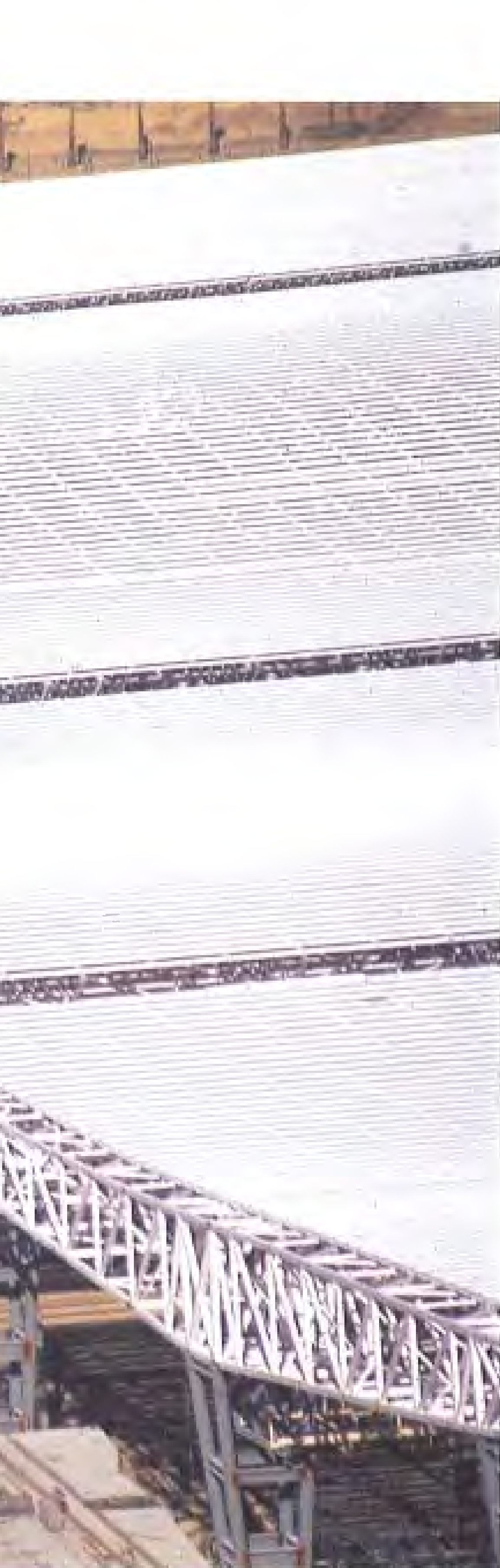
> *Vulcões de água na futura Alameda dos Oceanos*

Pavilhão do Futuro visto do céu



Área dos países participantes que mais tarde viria a ser a nova FIL

A cobertura de madeira e zinco do Pavilhão da Utopia, futuro multiusos da capital >









Porta do Mar (Sul) junto à torre-memória da velha refinaria



 Porta do Norte: uma das entradas para mais de 10 milhões de cidadãos



Coordenar 300 obras em simultâneo com baixíssimo número de acidentes e de conflitos laborais



71 *Pavilhão de Portugal: no tempo em que ainda não era possível imaginar a espectacularidade da pala em betão*



O Teatro Camões preparava-se para acolher espectáculos dos dias oficiais dos países participantes



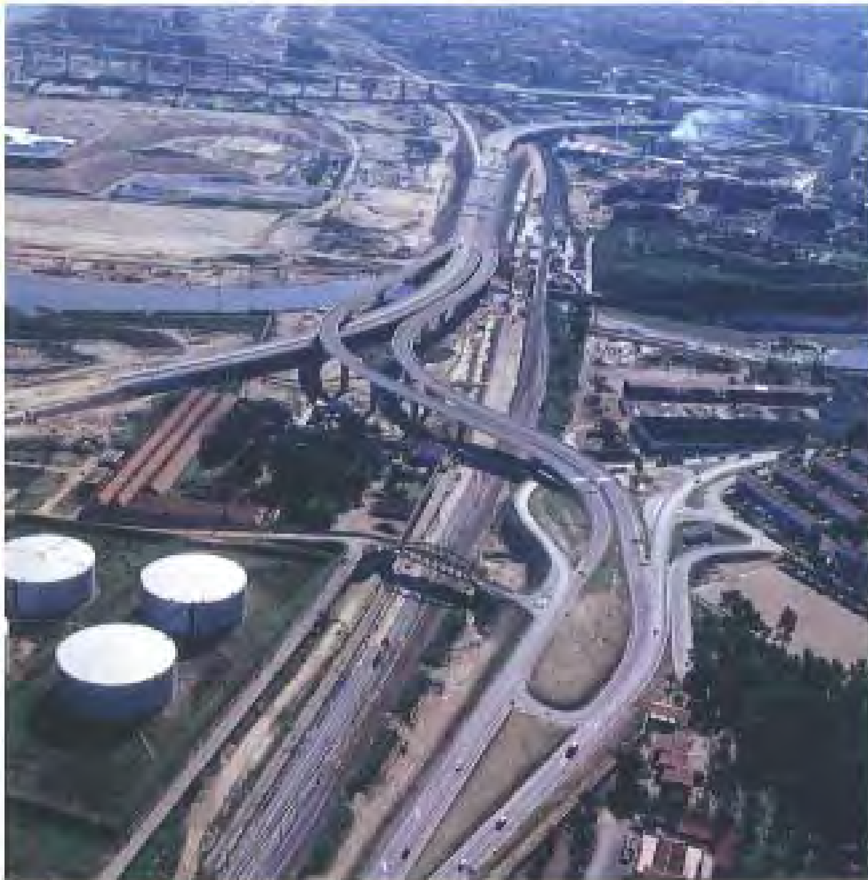
 Vídeo-estádio, baptizado de Praça Sony, o futuro espaço para os grandes concertos de ar livre



Quase tudo foi construído em menos de dois anos



 Único relevo natural do território a caminho de se transformar no Jardim do Cabeço das Rolas







Variante à EN 10: o mapa dos acessos a Lisboa foi completamente transformado



CONVENCER LÁ FORA E CÁ DENTRO

Passado o "verão quente" de 1994 em que os trabalhos tinham arrancado no terreno e entrados já em 1995 com o início das primeiras construções – a obra já estava aí em toda a força – era o tempo novamente da diplomacia e da promoção, externa e interna. A batalha da opinião pública assumiria, a partir daí, uma importância crescente.

Mudara entretanto o Governo mas, após alguma natural interrogação sobre se o novo Primeiro-Ministro, António Guterres, manteria a confiança nos dirigentes da Expo, as dúvidas foram dissipadas: a equipa de Cardoso e Cunha tinha condições para continuar.

No campo internacional, iniciava-se verdadeiramente o trabalho visando conseguir o maior número possível de presenças em Lisboa. A diplomacia portuguesa iria empenhar-se neste propósito, chamando a atenção para a dimensão universal do tema Oceanos, mesmo para os países que não dispunham de acesso directo ao mar. Cardoso e Cunha e outros comissários fizeram diversas deslocações a países que ainda não haviam anunciado a sua participação e todas as reuniões internacionais eram bom pretexto para divulgar a "última exposição mundial do século". Ao mesmo tempo, começava a promoção da Expo nos mercados que se considerava poderem ser os maiores geradores de visitantes estrangeiros e que coincidiam, *grosso modo*, com os países que já eram maiores fornecedores de turistas ao nosso país. Nalgumas das suas primeiras deslocações oficiais ao estrangeiro, casos do Brasil e de Nova Iorque, o novo Primeiro-Ministro, António Guterres, fará notáveis intervenções para distintas assembleias. A Expo de Lisboa começa a ganhar notoriedade. O filme publicitário mostrando quatro bebés de alguns meses nadando facilmente debaixo de água, numa identificação total entre o homem e o ambiente marinho, causava impacto. Começou a ser exibido nalguns canais de televisão europeus e era utilizado nas apresentações do projecto que, um pouco por todo o lado, começaram a ser feitas.

No país havia que conseguir envolver a população e conquistar a opinião pública, mostrando o carácter nacional do evento e a sua importância para a afirmação do país como estado europeu aberto ao mundo.

A equipa de Mega Ferreira vai conceber uma série de iniciativas tendentes a fazer chegar o projecto a cada vez mais gente. A Parque

Expo organiza no Porto uma evocação da primeira exposição internacional (1865), patrocina a Mostra Atlântica de Televisão, em cooperação com a RTP Açores, e inicia com *Lisboa – Um Passeio a Oriente*, de José Sarmento de Matos, um vasto plano de edições alusivas ao tema e ao projecto.

Vai nascer o programa Oceanofilia, destinado a estimular o gosto por tudo o que tem a ver com os mares. Com o apoio do Ministério da Educação são criados clubes do mar espalhados por vários pontos do país e uma rede de "escolas Expo". É estabelecido um contrato com a Federação Portuguesa de Vela em que esta apoia os clubes do mar com acções de formação e a Parque Expo apoia a Federação na sua caminhada para os Jogos de Atlanta de 1996.

O trabalho com a Comunicação Social intensifica-se. O Gabinete do Porta-Voz organiza visitas regulares ao estaleiro para jornalistas nacionais e estrangeiros, alguns dos quais mostram a sua incredulidade perante a possibilidade de um país como Portugal, pouco conhecido pela sua capacidade de organização e gestão, conseguir levar por diante o projecto nos prazos definidos. Mas não deixam de se impressionar com os planos apresentados e com a ousadia da aposta nacional.

Estas acções não deixam à margem os meios regionais: jornais e rádios de todos os distritos e regiões autónomas são convidados para um dia nas obras, com o intuito de explicarem às várias zonas do país o desafio em causa. Mais de dois mil jornalistas nacionais e estrangeiros, incluindo correspondentes residentes em Lisboa e profissionais convidados a visitar Portugal pelo ICEP, tiveram assim um primeiro contacto com a Expo, numa política de transparência e abertura que se manteria sempre nas várias fases do empreendimento.

Um Centro de Informação seria mesmo instalado à entrada do estaleiro. No primeiro edifício construído na zona, onde depois haveria de se instalar uma agência de publicidade, exibia-se a maqueta de toda a zona urbana a construir e as duas etapas principais do projecto – até 1998 e daqui até 2010. A partir deste local, onde qualquer cidadão poderia obter informação sobre o que já começava a nascer no terreno, partiam muitas visitas em autocarro através do lamaçal das obras. Nada melhor do que mostrar as dificuldades da tarefa para conquistar o respeito da opinião pública. Para além disso, editava-se já,

com periodicidade mensal (depois passaria a quinzenal) o "Informação", boletim da Expo encartado num jornal diário, que ia dando conta da forma mais rigorosa possível, dos avanços do processo.

Apesar de, já em 1994, uma sondagem com 1200 entrevistas indicar que 68% dos inquiridos concordavam com a realização da Expo e 85% acreditavam no cumprimento dos prazos de construção, havia sempre quem questionasse a necessidade do projecto e os seus custos. Ainda que politicamente houvesse bastante consenso e transversalidade, alguns *opinion makers* criticavam – como tantas vezes acontece – a opção de fazer uma Exposição em vez de escolas ou hospitais. Era uma pequena minoria política mas tinha acesso a televisões e colunas de jornais. À medida que a data de inauguração se aproximou foi, todavia, baixando o número e o tom dessas intervenções.

Hissa Alossaily vinha a Lisboa em Janeiro de 1996 para assinar o contrato de participação do seu país na Expo '98. Apesar de o número de participações confirmadas representar já então 60 por cento da população da Humanidade, seriam os Emiratos Árabes Unidos a converter-se no primeiro país a assegurar presença física em Lisboa. Reservavam 1300 metros quadrados equivalentes a quatro módulos. Todos os estados e organizações deveriam consagrar os conteúdos do seu pavilhão. A partir daí não cessaria de crescer o número de contratos preparados pela área dos países participantes. A diplomacia portuguesa tinha papel decisivo no apoio ao trabalho de convencimento: em 1998 Portugal tinha de ser destino obrigatório. Os anúncios eram feitos pelas mais variadas formas: a embaixadora da Suécia em Lisboa comunicava a decisão do seu país a bordo do navio-escola Karlskrona, fundeado no Tejo; o presidente do Comité Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch, ao receber de Cardoso e Cunha, em Lausanne, o convite oficial respondia logo ali mesmo de forma positiva. Itamar Franco, embaixador do Brasil, exaltava a ligação do projecto ao Ano Internacional dos Oceanos. Michel-Arkis Papageorgiou, diplomata grego, fazia poesia: "não nos podemos esquecer que, de acordo com a lenda, Ulisses veio a Portugal e fundou Lisboa. Agora, com a participação da Grécia, irá regressar ao berço"...

As empresas também começavam a mostrar o seu forte interesse. A Coca-Cola, marca tradicionalmente ligada aos grandes eventos de dimensão mundial, tornou-se no primeiro patrocinador oficial

da Expo '98 na categoria de refrigerantes. Pouco depois, a portuguesa Unicer não ficava atrás e fazia o mesmo, assumindo idêntico estatuto para duas categorias (cervejas e águas), pagando por tal 1,25 milhões de contos (6,234 milhões de euros).

Pelo país a onda começava a alastrar. A dois anos de distância, já havia 2500 candidatos a voluntários – o número de inscritos chegaria a 14 mil – enquanto o Clube do Gil somara quatro mil sócios em pouco tempo. Começava a ser construída a Vila Expo, conjunto de 725 apartamentos situados no extremo norte do recinto, destinados a alojar as delegações dos diferentes países e que depois seriam colocados no mercado de habitação.

Anteriormente, a faixa ribeirinha – uma zona árida em boa parte formada por aterros ganhos ao rio na década de 30 – limitava-se a apresentar meia dúzia de árvores. Agora tudo iria mudar. O plano verde germinava nos viveiros: haveriam de ser mais de 30 mil árvores de dezenas de espécies e variedades e 40 mil arbustos a ocupar um terço (110 hectares) de todo o território. Seriam feitos transplantes de árvores, implantados exemplares de excepção. O Parque do Tejo, os Jardins da Água, o Jardim das Ondas, o Cabeço das Rolas e, sobretudo, os Jardins Garcia de Orta – recriando a flora das zonas tocadas pelos Descobrimentos Portugueses – constituíam-se em pavilhões vegetais, ao ar livre, merecedores de tanto interesse e atenção como os restantes.

Grande apoiante da ideia da Expo na zona oriental de Lisboa, Jorge Sampaio fora entretanto eleito Presidente da República. Mas se a Expo passava a ter em Belém um defensor de sempre do projecto, do Palácio saía outro promotor do tema. Mário Soares, sempre activo e interveniente, vai dinamizar, com a ajuda de Mário Ruivo, a Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos. Fazendo uso do seu enorme prestígio internacional e da sua vastíssima rede de contactos, vai juntar 43 personalidades de todo o Mundo, desde a ex-Presidente filipina Corazón Aquino ao ex-Primeiro-Ministro holandês Rudd Lubbers passando pelo membro da Câmara de Representantes dos EUA Patrick Kennedy ou por Eduardo Faleiro, Ministro de Estado da Índia. Promove fóruns e debates em vários países com o propósito de obter um diagnóstico sobre o estado dos Oceanos na era da sua exploração tridimensional, preparando um relatório que haverá de ser apresentado em 1998.

'98

novos luga-res





Elegância, simplicidade, contenção e leveza – nascia o Pavilhão de Portugal



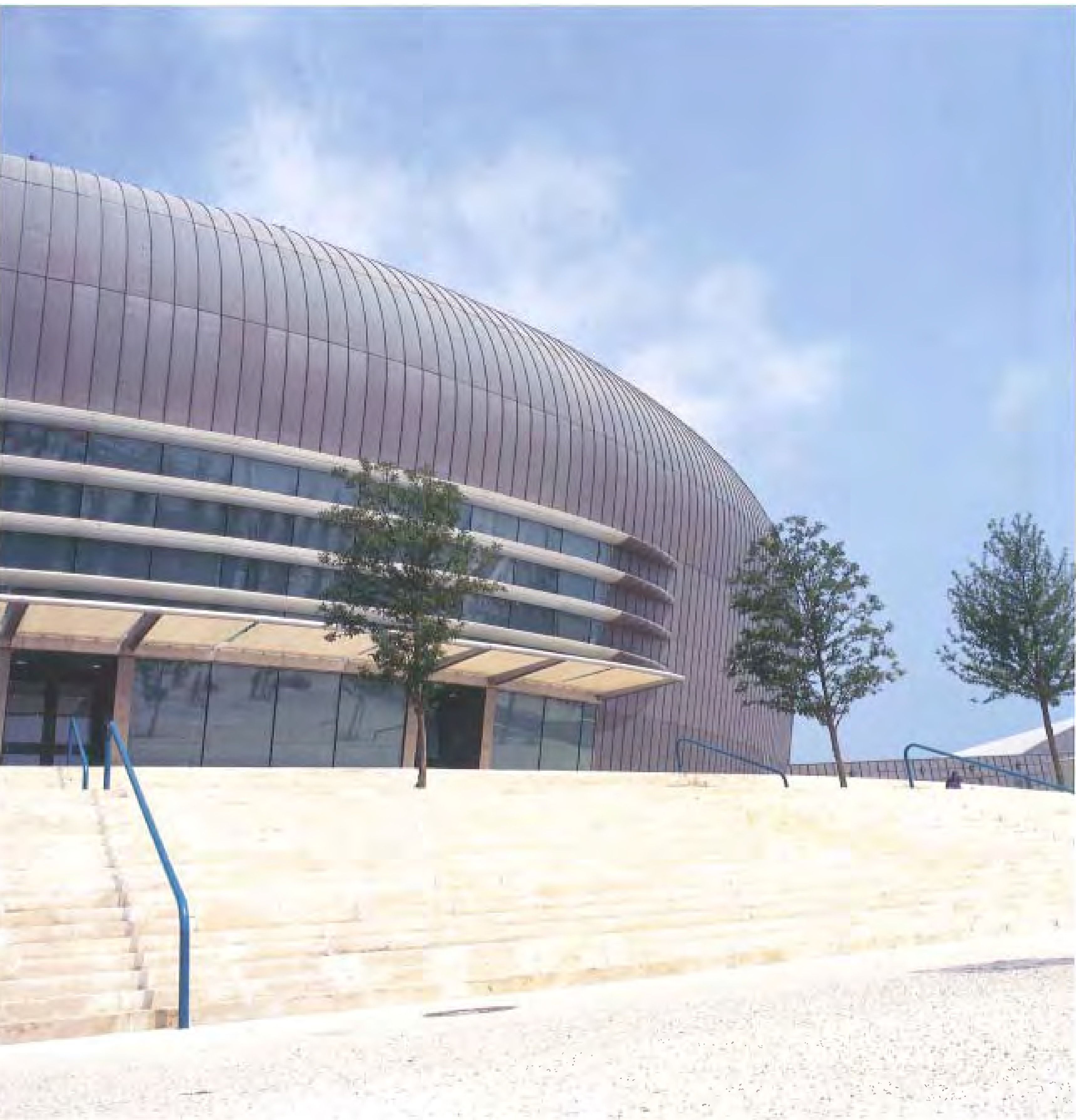


Oceanário de Lisboa, uma das maravilhas do Mundo para a revista "Time" no ano de 1998

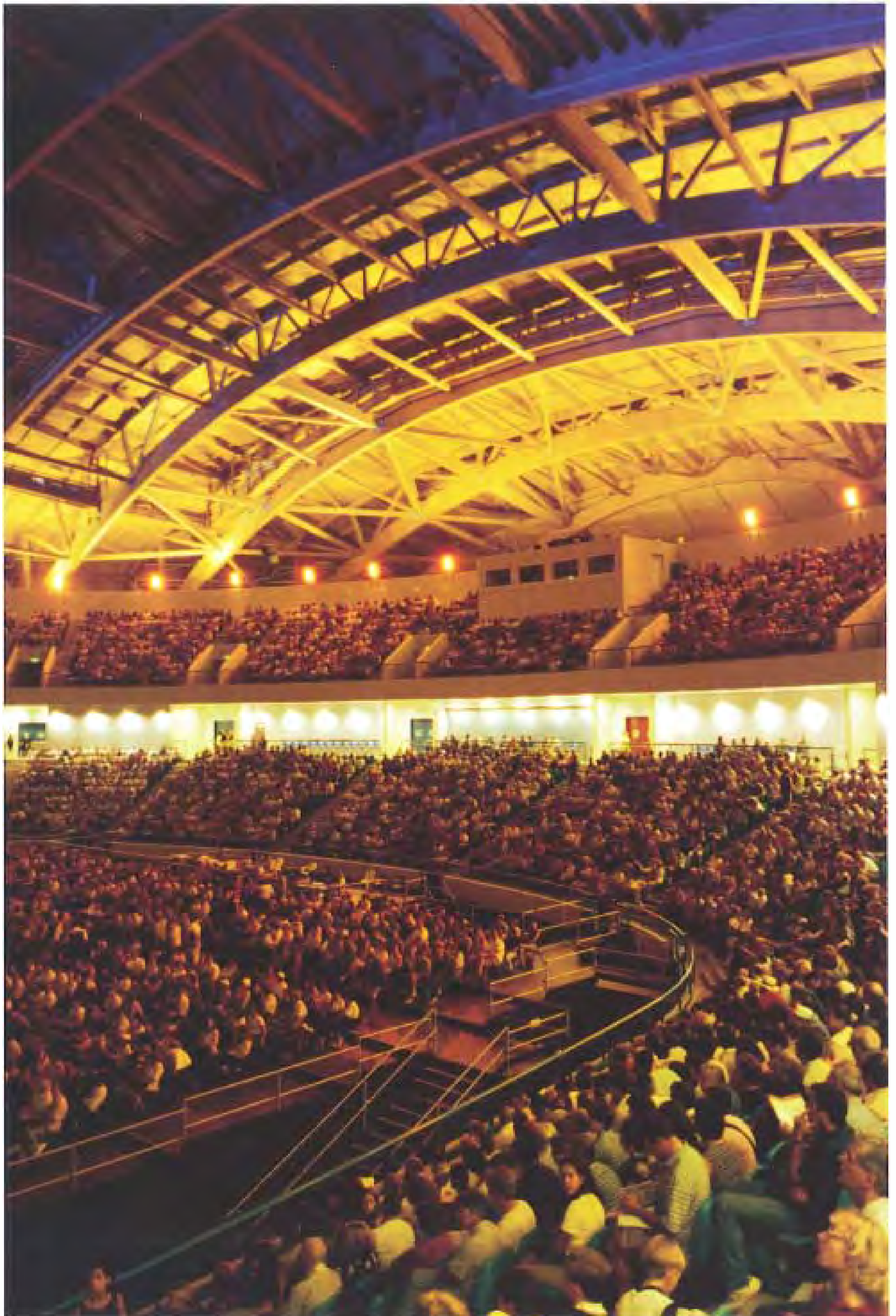








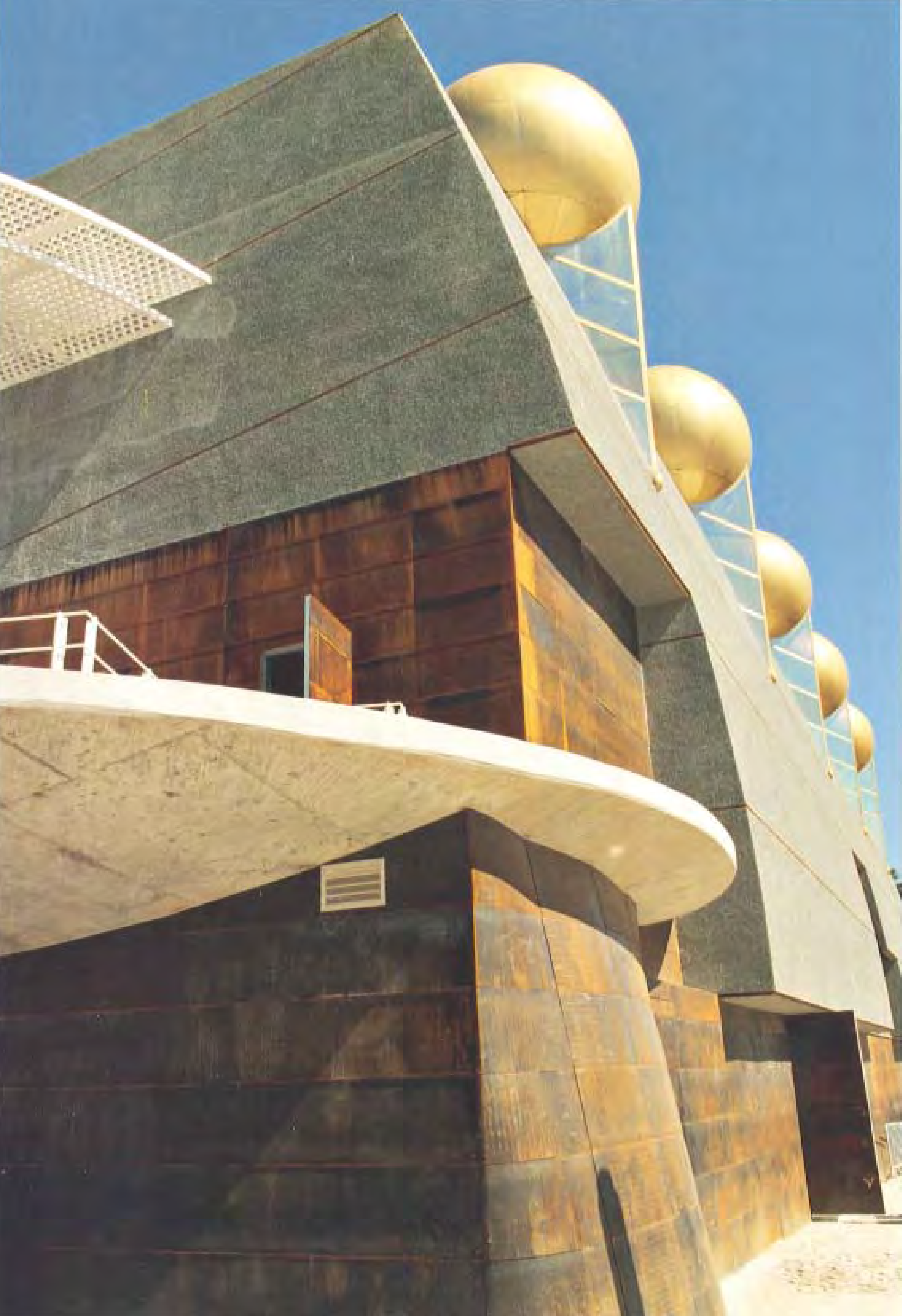
Pavilhão da Utopia: a capital passou a poder receber o circo dos grandes espectáculos mundiais





Subir a uma centena de metros de altura para ver a Lisboa moderna













 Fachada do Pavilhão do Futuro e Sala do Atlas: convocar o Mundo para discutir os Oceanos



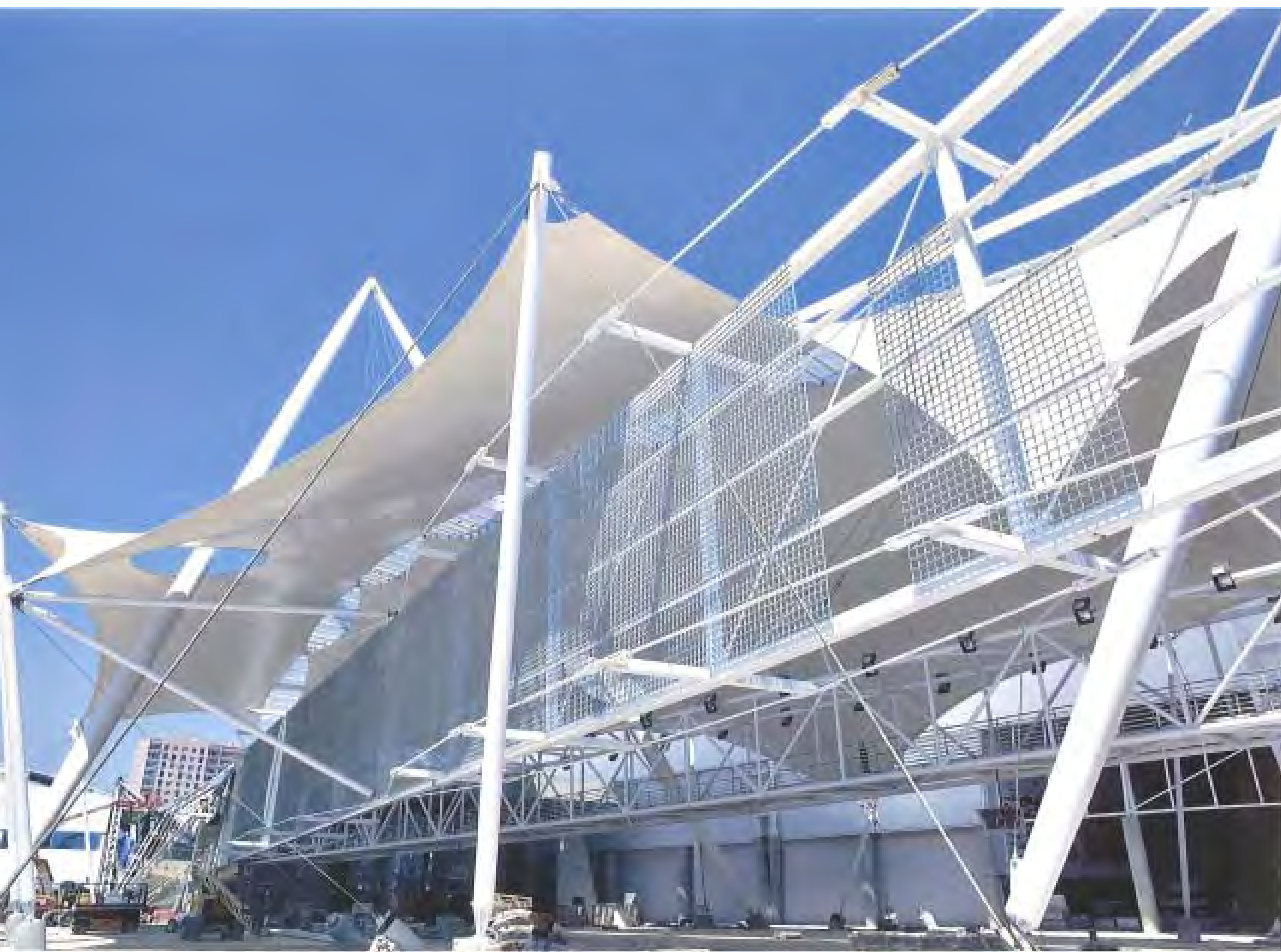
Centro de Comunicação Social, por onde passaram 11 mil jornalistas de quase uma centena de países



 A cidade começava a ganhar novos espaços públicos de grande qualidade



A nova FIL duplicou as instalações da Junqueira e afirmou-se como uma das âncoras urbanísticas de uma nova centralidade





Árvores de Lisboa estilizadas por Santiago Calatrava



 A catedral dos transportes ficou concluída mesmo à hora do apito do primeiro comboio



Ponte Vasco da Gama inaugurada 40 dias antes: Portugal abria a boca de espanto

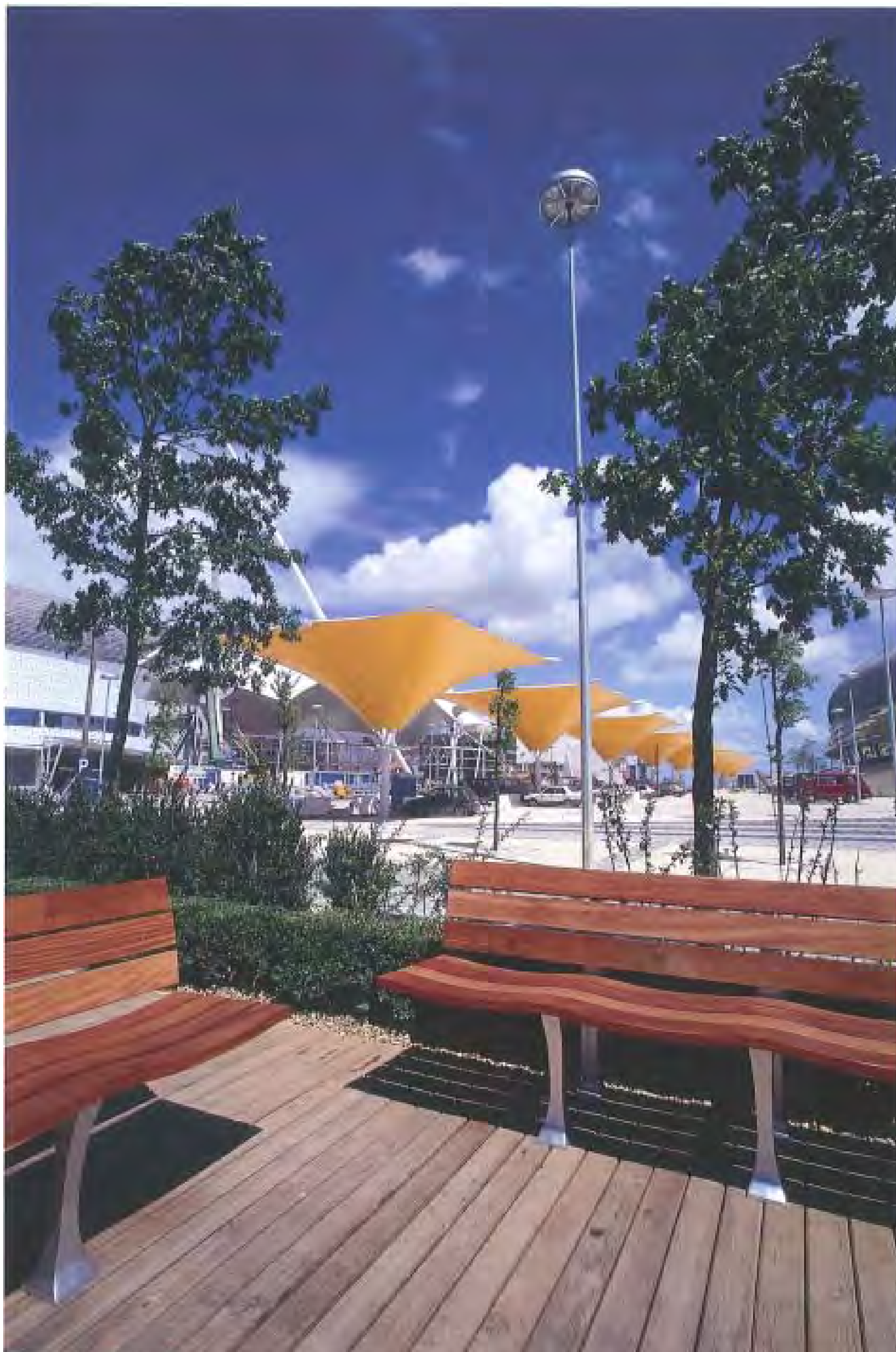


 Água e mais água num recinto mergulhado no tema da sua Expo



E de repente todos se perguntavam: como tinha sido possível ignorar durante tanto tempo o "pequeno Mediterrâneo" de que já falava Almeida Garrett?





Mobiliário urbano: em breve seria exemplo para todo o país

QUANTO CUSTA?

Por entre chuvadas e muita lama, os trabalhos avançavam. Quem olhasse para o terreno dificilmente poderia acreditar que tudo estaria pronto a tempo e horas. À excepção do Oceanário, a primeira obra a avançar, e de mais um ou outro equipamento, a zona continuava a parecer-se com pouco mais do que um gigantesco terrapleno com umas fundações aqui e acolá. Esse foi o tempo das infra-estruturas, escondidas da vista, e foi o tempo também da grande resistência psicológica dos obreiros do projecto. Era preciso acreditar que o planeamento funcionava e que a experiência da equipa da construção, dirigida por Virgílio Borges e tendo Wladimiro Ricardo na administração, era a adequada. Mas não faltavam as dúvidas sobre a proverbial incapacidade portuguesa e muitos dos jornalistas estrangeiros que visitavam o estaleiro deixavam transparecer incredulidade sobre as possibilidades de se completar a obra. Foi mesmo precisa uma convicção inabalável para conseguir transmitir, em todas as circunstâncias, a certeza de que a 21 de Maio de 1998 tudo estaria não só bem como... perfeito. A confiança tinha de estar à prova de bala.

O Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e a Universidade Católica Portuguesa garantiam, dois anos antes da abertura, que os 1000 milhões de euros de investimento previstos para a Expo e os 1250 milhões adicionais de investimento privado no programa imobiliário teriam efeitos muito positivos para a economia. Estimava-se já que um terço do crescimento previsto para o PIB em 1998 seria devido ao projecto, ao mesmo tempo que se antevia uma receita adicional de 1000 milhões de euros para o país derivada da atracção de turistas.

A Expo Urbe começava a ter efeitos. Grandes grupos e empresas, como a Sonae ou a PT, adquiriam importantes lotes na zona para instalação de equipamentos comerciais ou sedes administrativas. Promotores habitacionais, incluindo cooperativas, apostavam em espaços para novos imóveis. Belmiro de Azevedo decidira investir, em parceria com o ING Bank, 140 milhões de euros no Centro Comercial Vasco da Gama e nas duas torres (S. Gabriel e S. Rafael). Em entrevista ao "Informação", boletim mensal da Expo, considerava estar a apostar numa "área urbana claramente superior".

Mas, a par de tudo isto, começava também a adensar-se nalguns meios a ideia de que, até por força da impossibilidade de, à partida, se terem podido definir as exactas dimensões do empreendimento, ele não se pagaria com o pêlo do próprio cão. Haveria um custo líquido para o Estado e o Governo, por várias vias, já manifestara a vontade de que ele fosse assumido publicamente pelos seus responsáveis. Cardoso e Cunha pensava que fazê-lo era enfraquecer-se a si e ao projecto perante a opinião pública, os investidores e a banca. A falta de sintonia entre o Ministro da Presidência, António Vitorino, e o Presidente da Parque Expo tornar-se-ia patente em duas audiências parlamentares sucessivas: o Comissário-Geral alegava perante os deputados que, em vez de o estarem constantemente a questionar com custos e derrapagens financeiras, seria talvez melhor se lhe mandassem erguer uma estátua, tal o grau de complexidade do empreendimento; o governante, dias mais tarde, ironizando com a sua própria estatura, ripostava que andava há muito com o comissário ao colo mas que se agora o queriam transformar em estátua não teria mais força para o carregar... Fora a gota de água: Cardoso e Cunha sentira a frase como uma falta de apoio de onde não admitia, ou seja, do governante que então tinha a tutela do projecto. E escrevia ao Primeiro-Ministro a demitir-se de todos os seus cargos, remetendo-se a partir daí a total silêncio.

A Expo '98 tremia – e muito – em Janeiro de 1997. No próprio dia em que a carta de demissão foi recebida em S. Bento, o Ministro da Presidência chama António Mega Ferreira. Em nome do Governo, convida-o para ocupar o lugar de Cardoso e Cunha. Mas Mega soubera precisamente na véspera que estava gravemente doente. O homem que mais contribuíra para conceber o projecto ia falhar esse encontro com a história da Expo '98. Para ele, a última coisa que a Exposição Mundial precisava depois de um comissário que se demitira era de um comissário que estaria doente. Recusou, portanto. Nessa mesma noite, o Primeiro-Ministro insistia a partir de Roma, onde se encontrava em visita. Guterres telefonou a tentar ainda convencer Mega Ferreira, dizendo que seria certamente uma situação temporária e que ele reassumiria plenamente as funções. Mas Mega achava que ceder seria irresponsabilidade e manteve a sua posição.

O Governo via-se confrontado com uma situação em moldes que talvez não previsse. Quem ir buscar para completar o projecto com a

menor turbulência possível e que pudesse introduzir um maior controlo orçamental e transparência financeira? Alípio Dias e Rui Vilar terão sido nomes em cima da mesa. Mas a escolha viria a recair num gestor do sector público, José Torres Campos, à data presidente do IPE – Investimentos e Participações Empresariais. Apanhado por telefone durante uma viagem a Macau, o velho amigo do Primeiro-Ministro – em início de carreira, Guterres fora seu chefe de gabinete na Secretaria de Estado da Indústria – seria o novo Comissário-Geral e Presidente da Parque Expo. Torres Campos manteria Mega Ferreira e António Pinto na Administração da empresa, para a qual trazia também dois elementos próximos: António Pina Pereira e Manuel Frederico Saragoça. Por outro lado, o Governo designava para o Comissariado Luís Barbosa (com as novas funções de *controller* de custos e prazos da Expo) e Simonetta Luz Afonso, que já era comissária da Secção Portuguesa.

Simultaneamente era divulgado o novo orçamento consolidado do Grupo Parque Expo: 402,7 milhões de contos (2000 milhões de euros) de custos e 343,5 milhões de contos (1713 milhões de euros) de receitas. O projecto global (Exposição e Reordenamento Urbano) passava assim a ser apresentado como tendo um saldo negativo de 59,2 milhões de contos (cerca de 300 milhões de euros). Apontava-se que, em 2009, concluído todo o projecto urbano, o défice fosse de 74 milhões de contos (370 milhões de euros).

Estava vencido um verdadeiro Cabo das Tormentas. E embora a questão financeira continuasse presente, o Presidente Jorge Sampaio, pouco tempo depois, em visita ao estaleiro, quando interrogado se as contas não o preocupavam, punha o assunto nos seguintes termos: "Estou a falar de um projecto a trinta anos, não é? Portanto, as contas preocupam-me, como qualquer cidadão se deve preocupar e, sobretudo, qualquer dirigente político, quando não há controlo. Pensar-se que uma obra com esta vastidão vai ser rigorosamente aquilo que se previu, tendo passado por vários anos, com vários problemas climatéricos, com vários outros problemas que todas as empreitadas têm, pensar que isso vai ser rigorosamente assim... no fundo toda a gente sabe que não vai ser. Não é numa obra, quanto mais em trezentas obras. Ao mesmo tempo, acho que nós nos deixamos todos enredar muito na chamada discussão física."

’98

um mundo inteiro









Gil: criado por dois artistas do Porto e baptizado em Barrancos, tornou-se mascote querida para toda a gente

Olharapos em acção recriando figuras míticas do mundo de Neptuno >







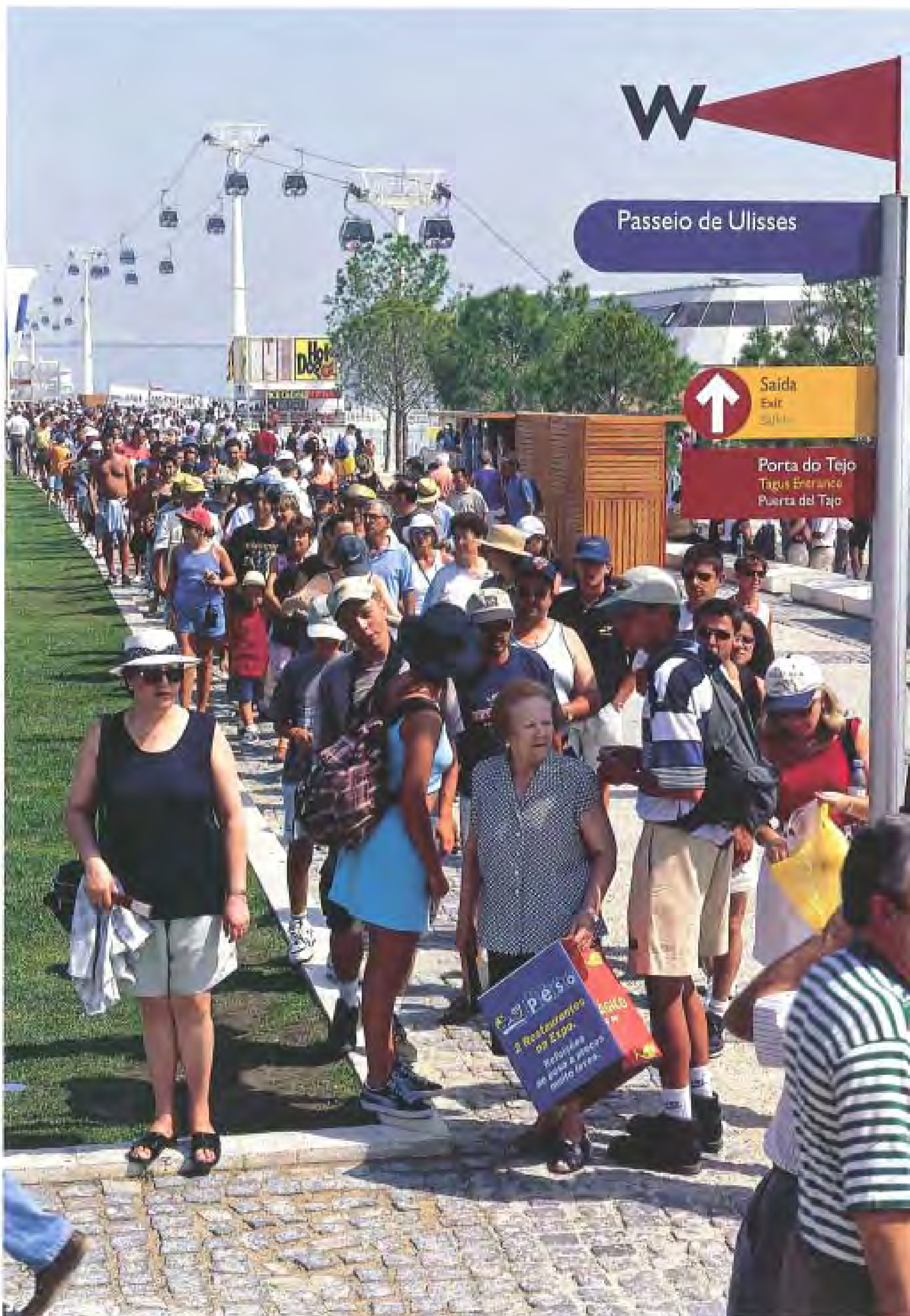


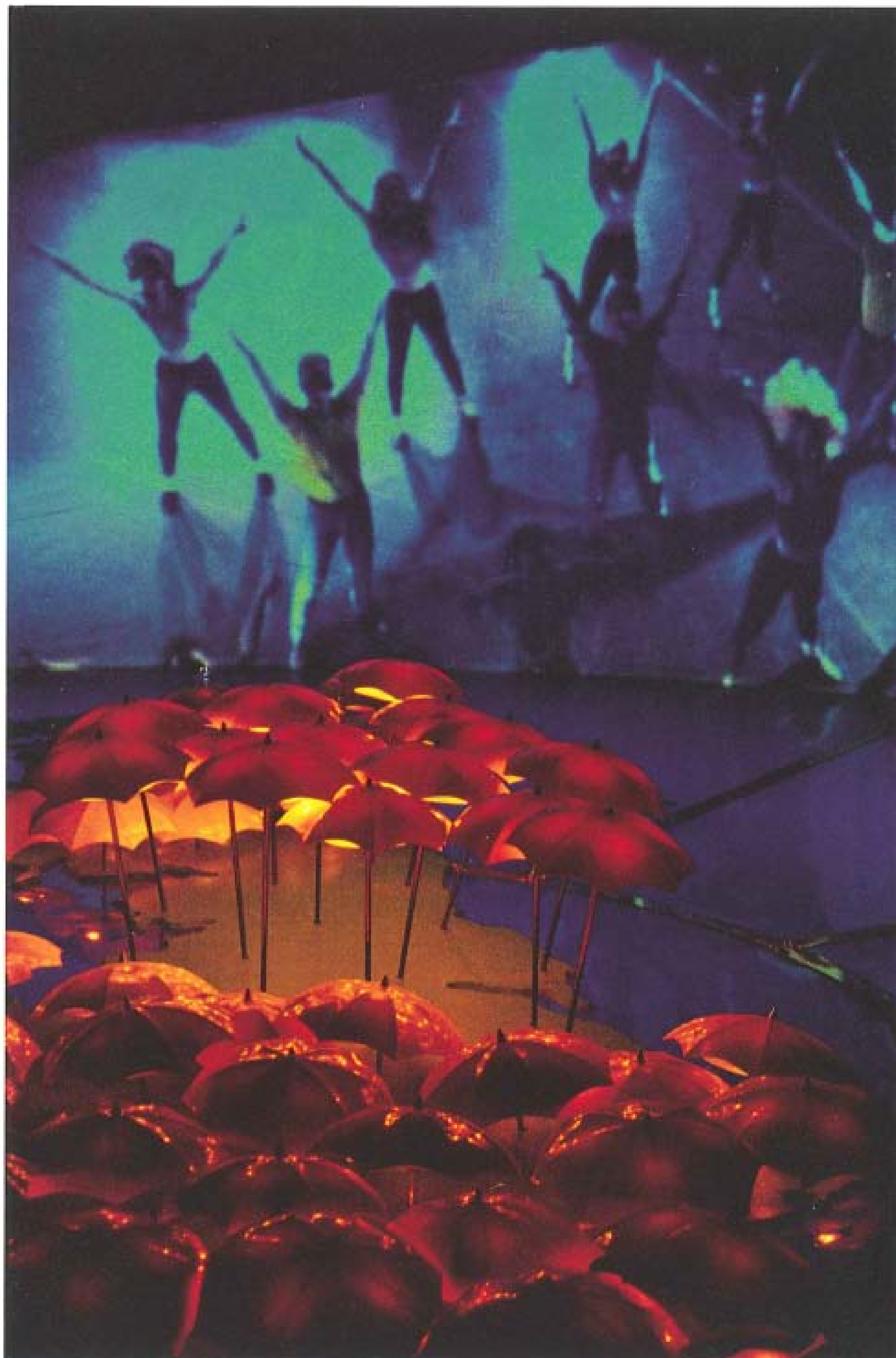


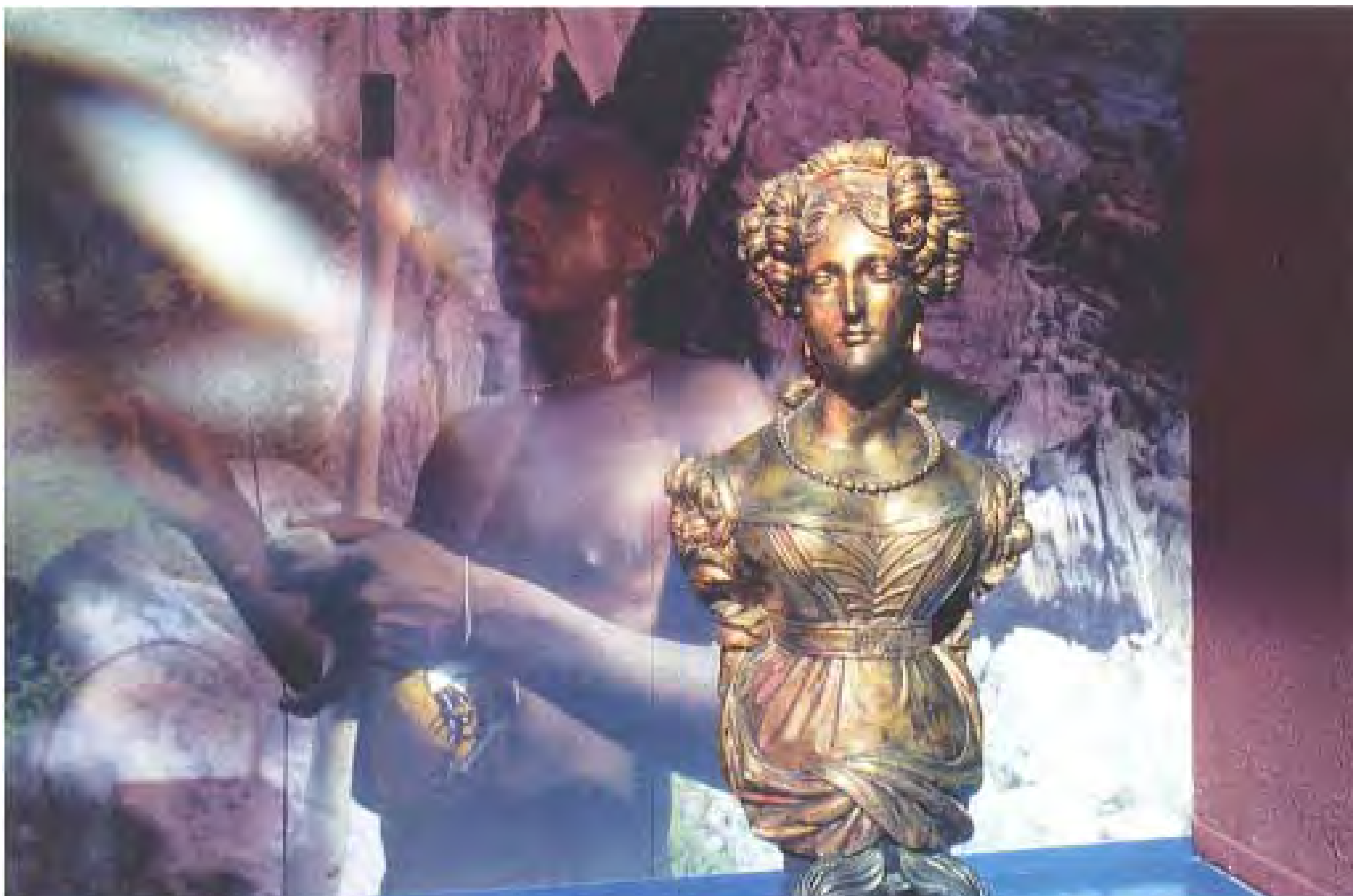







W
Passeio de Ulisses
Saída
Exit
Porta do Tejo
Puerta del Tajo







< Pavilhão do Reino Unido

 Pavilhão do Brasil e da República da Coreia







Imperadores do Japão
Príncipes do Mónaco
A rainha do fado

Portugal conquista Bill Gates >



ANTECIPAR O MOMENTO

O tempo era, portanto, de olhar em frente e concluir as obras. Rolando Borges Martins, director da chamada Área Expo, coordenava não só o marketing da Expo como os conteúdos dos pavilhões. Gabinetes de design afadigavam-se na concepção e execução dos suportes expositivos que iriam captar a atenção dos visitantes no interior dos edifícios que já começavam a encher o olho das inúmeras escolas ou grupos profissionais que percorriam o estaleiro.

Começava também a ganhar forma a Área de Operações que iria gerir o funcionamento da cidade efémera, desenhada para 100 a 120 mil visitantes diários. João Soares Louro, ex-presidente da RTP, seria o director de uma máquina logística de vários milhares de pessoas que, do modo mais eficiente, atencioso e simpático, haveriam de tornar o recinto num novo paradigma de civilidade urbana. Técnicos de espectáculos, intérpretes, motoristas, porteiros, pessoal de limpeza, de loja ou dos postos médicos – tudo tinha de ser formado para estar ao melhor nível.

Ao mesmo tempo, eram estabelecidas parcerias com os media – com a RTP para criar a TeleExpo, com a RDP e a Rádio Renascença para uma cobertura radiofónica muito abrangente do evento, com o *Diário de Notícias* para a produção do "Diário da Expo" em três diferentes línguas. Sucediam-se já os programas e reportagens de meios estrangeiros a partir do local, tudo ajudava à divulgação.

A campanha de promoção intensificava-se assim dentro e fora de portas. No país era lançado um programa de informação sobre a expo dos oceanos, procurando tocar todas as regiões. Lá fora, prosseguiam apresentações nos principais mercados susceptíveis de gerarem visitantes, com Espanha à cabeça. Em Barcelona, com a colaboração de Ramon Font, o mais lusitano dos catalães, Jorge Sampaio aceitava associar-se a uma sessão na qual os futebolistas portugueses actuando no país vizinho foram declarados "embaixadores extraordinários da Expo '98". Vítor Baía, Fernando Couto, Paulo Futre, Luís Figo, Secretário, entre outros, recebiam das mãos de António Mega Ferreira o respectivo diploma. Uma regata à volta do Mundo, "Round the World Rally", continuava entretanto a sua viagem de 16 meses cruzando os oceanos com a mensagem de Lisboa.

Nos 500 anos da partida do navegador para a Índia, o historiador Luís Adão da Fonseca lançava, em co-edição da Parque Expo e da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, o livro *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a Época*. A Expo foi aliás um período excepcional para reedições e lançamento de inéditos sobre a temática dos Oceanos e Exposições, desde a colecção de pequenos livros de bolso "98 Mares" até ao conjunto de obras sobre as principais exposições desde Londres 1851, passando por trabalhos sobre fauna e flora dos mares, o litoral português ou a Memória da Intervenção.

Todo o avanço físico dos trabalhos era documentado em dois suportes: fotografia e vídeo. Esta memória visual, posteriormente doada a arquivos nacionais e da cidade, permitiu recolher dezenas de milhares de imagens e produzir inúmeros vídeos e livros sobre o projecto.

Maria Amélia e Fortunato Almeida Santos tornaram-se, um ano antes, os primeiros portadores de um passe de 3 meses para visitarem a Expo. Custava 200 euros por pessoa mas o casal não se ficava por aqui: comprara mais 11 passes para distribuir pelos cinco filhos, genros, noras e netos.

Mais tarde, a Swatch haveria de apresentar uma atractiva inovação: um relógio-bilhete incluindo um dispositivo que, ao passar pelos torniquetes de entrada do recinto, os abria como por magia... Além disso, à semelhança de outras empresas, como a Unicer, dispunha de um pavilhão próprio. A PT preferia patrocinar o Pavilhão da Realidade Virtual enquanto a Sony instalaria um enorme Jumbotron e via o nome da marca nipónica ser dado ao chamado "vídeo-estádio". Outras instituições, como a Shell, a Coca-Cola, a Microsoft ou a Fundação Oriente, preferiram apenas apresentar exposições próprias sobre Conchas, Porcelanas, Esculturas ou Leonardo da Vinci.

O projecto estendia cada vez mais os seus braços para fora. Desviando tacticamente as atenções das obras – para que estas pudessem concluir-se a tempo com menos ansiedade – Mega Ferreira propõe duas iniciativas. A primeira, em parceria com a Câmara de Lisboa e com a Ambelis, chamou-se Caminho do Oriente e representou uma intervenção em diversos edifícios e espaços ao longo de um percurso entre Santa Apolónia e Marvila. Para esta chamada de atenção para o rico património esquecido da zona oriental, vai buscar

o historiador José Sarmento de Matos que, com ele, trabalhara logo nos alvores da ideia da Expo. A segunda aposta foi o Festival dos 100 Dias. A partir de Fevereiro, nos três meses anteriores à abertura do recinto, o Centro Cultural de Belém acolhe belíssimas iniciativas como a exposição "Viagem ao Século XX" ou os "100 Livros do Século", a par de numerosas manifestações musicais. Fazia-se o balanço de 100 anos, antes de a última exposição do século abrir as portas do futuro. Depois, uma vez iniciada a Expo '98, tudo se passaria dentro do recinto, apenas à excepção do Festival Mergulho no Futuro que decorreria, de 1 de Julho a 31 de Agosto, em várias salas da cidade e que se constituiria no maior evento de artes performativas até então realizado no país.

Os edifícios iam, um após outro, ficando terminados. O Centro de Informação, primeiro imóvel a ficar concluído, era ponto de partida para a observação das maquetas e das obras. As visitas de estadistas começaram muito antes de o recinto abrir ao público. Do Presidente da Polónia, Aleksander Kwasniewski, ao Rei da Suazilândia, Mswati III, passando pelo Príncipe Filipe de Espanha, todos se mostravam verdadeiramente impressionados com a grandeza do estaleiro, repartido por quase 300 obras. Era um gigantesco puzzle em que todas as peças teriam de bater certo no final. Poucos ainda acreditavam como Portugal decidira meter ombros a tamanha tarefa.

João Soares, presidente da Câmara de Lisboa, considerava que "a Expo está numa fase fascinante". Se o Presidente da República e o Governo também davam todo o apoio ao projecto, à medida que Maio de 1998 se aproximava, o mesmo começava a acontecer com os líderes da oposição.

Marcelo Rebelo de Sousa, então Presidente do PSD, afirmava que a Expo "une os portugueses", mostrando-se "optimista" quanto à sua concretização final. "Não haverá problemas", acrescentava, acompanhado de Ferreira do Amaral e outros dirigentes do partido. Também Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, considerava a Expo '98 "uma mais-valia para a cidade de Lisboa e para o nosso país". Falando na "recuperação notável" operada na zona, Carvalhas duvidava entretanto que, no que respeitava aos acessos, tudo estivesse feito a horas: "haverá muita coisa que não estará pronta". Viria a enganar-se. Mas ainda assim prometia que levaria o seu filho a visitar a Expo.

Mesmo Manuel Monteiro, líder do PP que dois anos antes – acompanhado pela então deputada Manuela Moura Guedes – manifestara dúvidas e interrogações, vinha agora qualificar a Expo "como acontecimento que prestigia Portugal". E não deixava de se mostrar "impressionado" com a Gare do Oriente, o Oceanário e a Torre Vasco da Gama.

Por esta altura, já as sondagens de opinião que regularmente o Gabinete do Porta-Voz encomendava sobre o modo como a Expo era vista pelos portugueses, revelavam uma subida para 86% (68% na anterior) no número de inquiridos que concordavam com o projecto.

UM PORTUGAL DIFERENTE

E foi neste quadro que se chegou ao dia do ensaio geral. Já com o essencial feito, convocou-se a população das redondezas – mais de 50 mil alunos das escolas e de moradores da zona oriental (aqueles que, afinal, também mais haviam sofrido com os efeitos das obras) – para uma visita em que se simularam as diferentes situações. Para os organizadores, embora se registassem vários detalhes a afinar, foi o respirar de alívio. A Expo estava aí e funcionava! Esse dia 9 de Maio foi talvez, para quem esteve ligado à preparação do projecto, um dos momentos mais emocionantes – permitira comprovar na prática que todos os planos tinham sido correctamente elaborados. Daí até 21 de Maio seria uma correria.

Todos os pormenores tinham de ser cuidados. Sofia Aparício e Diogo Infante haviam já sido alguns meses antes os apresentadores no Casino Estoril de um desfile com as cinco colecções finalistas do concurso para as fardas dos funcionários da Expo. As maiores palmas tinham ido para o vencedor, o estilista José António Tenente que, com a colaboração de Maria Gambina, desenhara 15 elegantes trajes que, agora, haveriam de vestir milhares de operacionais do recinto, num total de 164735 peças.

O que mais impressionara os primeiros visitantes do ensaio geral fora a qualidade geral do espaço urbano. Ruas, áreas pedonais, jardins e espaços verdes. Também a arte urbana como marca distintiva do projecto. Escultores portugueses e estrangeiros ti-

nham deixado em toda a zona de intervenção duas dúzias de peças muito significativas desde Pedro Cabrita Reis a Pedro Calapez, de Rui Chafes a João Cutileiro, de Fernanda Fragateiro a Antony Gormley, de Manuel Rosa a Ângela Ferreira ou a Jorge Vieira, cujo *Homem-Sol* se constituía em ícone do recinto.

A própria sinalética mostrava toda a sua originalidade. Projecto dirigido por Pierluigi Cerri e Henrique Cayatte tinha nos pictogramas concebidos pelo japonês Shigeo Fukuda factor de enorme curiosidade.

José Sarmento de Matos fora, por sua vez, o pai da toponímia de toda a zona de intervenção. As dezenas de artérias estavam impregnadas dos Oceanos e dos Descobrimentos Portugueses – Alameda dos Oceanos, Avenida D. João II, Avenida do Pacífico, Terreiro das Ondas, Passeio do Báltico... Mas também evocações de figuras reais ou lendárias, desde Fernando Pessoa a Cousteau, da Nau Catrineta ao Adamastor passando pela Rua Ilha dos Amores ou pelo Passeio das Tágides.

Menos de dois meses antes da Expo começar, abria ao trânsito a Ponte Vasco da Gama. Nesse dia 29 de Março, Lisboa maravilhava-se: 1998 obrigara a fazer uma infra-estrutura há muito indispensável para o trânsito entre as duas margens. Uma enorme feijoada no tabuleiro marcava a dimensão popular daquela que se apresentava como uma verdadeira obra de arte.

Os acessos em volta iam ficando concluídos. Os hercúleos trabalhos de desnivelamento da Avenida Infante D. Henrique, da Marechal Gomes da Costa, da Rotunda do Relógio, da Praça José Queirós ou a transformação dos acessos à Portela e a Moscavide mostravam uma autêntica revolução viária.

O Metropolitano concluía a sua nova linha vermelha, entre a Alameda D. Afonso Henriques e a Estação do Oriente. O Primeiro-Ministro fazia a viagem inaugural a 14 de Abril para mostrar ao país que aquele era "o transporte ideal para a Expo". A gigantesca gare intermodal – para comboios, autocarros, metro e táxis – porventura a obra mais complexa entre todas, estava pronta. Mesmo à recta: o pavimento da praça só ficaria completo a 19 de Maio. Mas ficou.

Entretanto, o mundo começara a chegar a Lisboa. Delegações de todos os continentes tornavam a Exposição Mundial de Lisboa a

mais participada de sempre: 160 países e organizações internacionais faziam de Portugal destino obrigatório em 1998. Estava ganha uma das mais importantes apostas. O mais pequeno país no Mundo a organizar até aí uma expo conseguia a maior adesão da História destes eventos!

Instalavam-se na Vila Expo, em hotéis na cidade e também em três paquetes que a organização, à semelhança das Olimpíadas de Barcelona, decidira fretar – as informações davam conta de alguma retracção na visita (fundamental) dos espanhóis com medo dos preços e da falta de quartos nos hotéis. A decisão revelou-se um desastre e acabou por ser das poucas (em muitos milhares de adjudicações) a suscitar suspeitas de negócio menos claro.

Os pavilhões dos países, de uma maneira ou de outra, falavam de água e de mar. Da Mongólia à Suíça, do Nepal à Áustria, todos encontravam modo de tratar o tema, mesmo não sendo banhados por qualquer oceano.

Quinhentos anos antes, em Maio de 1498, Vasco da Gama chegara à Índia cumprindo o plano traçado pelo Infante e impulsionado ao longo do reinado de D. João II. Os navegadores portugueses, tendo arrostado com todo o tipo de privações e sacrifícios, alcançavam o principal objectivo – descobrir o caminho marítimo para o Oriente. Acontecimento maior da História da Humanidade, permitindo iniciar uma nova era e concretizando a primeira globalização, a viagem do Gama merecia que Portugal a exaltasse. E a 21 de Maio de 1998 o Mundo reunia-se em Lisboa para celebrar o acontecimento histórico afastando qualquer visão passadista, antes apostando na atitude dos navegadores de Quinhentos – evocando os Oceanos como património para o Futuro.

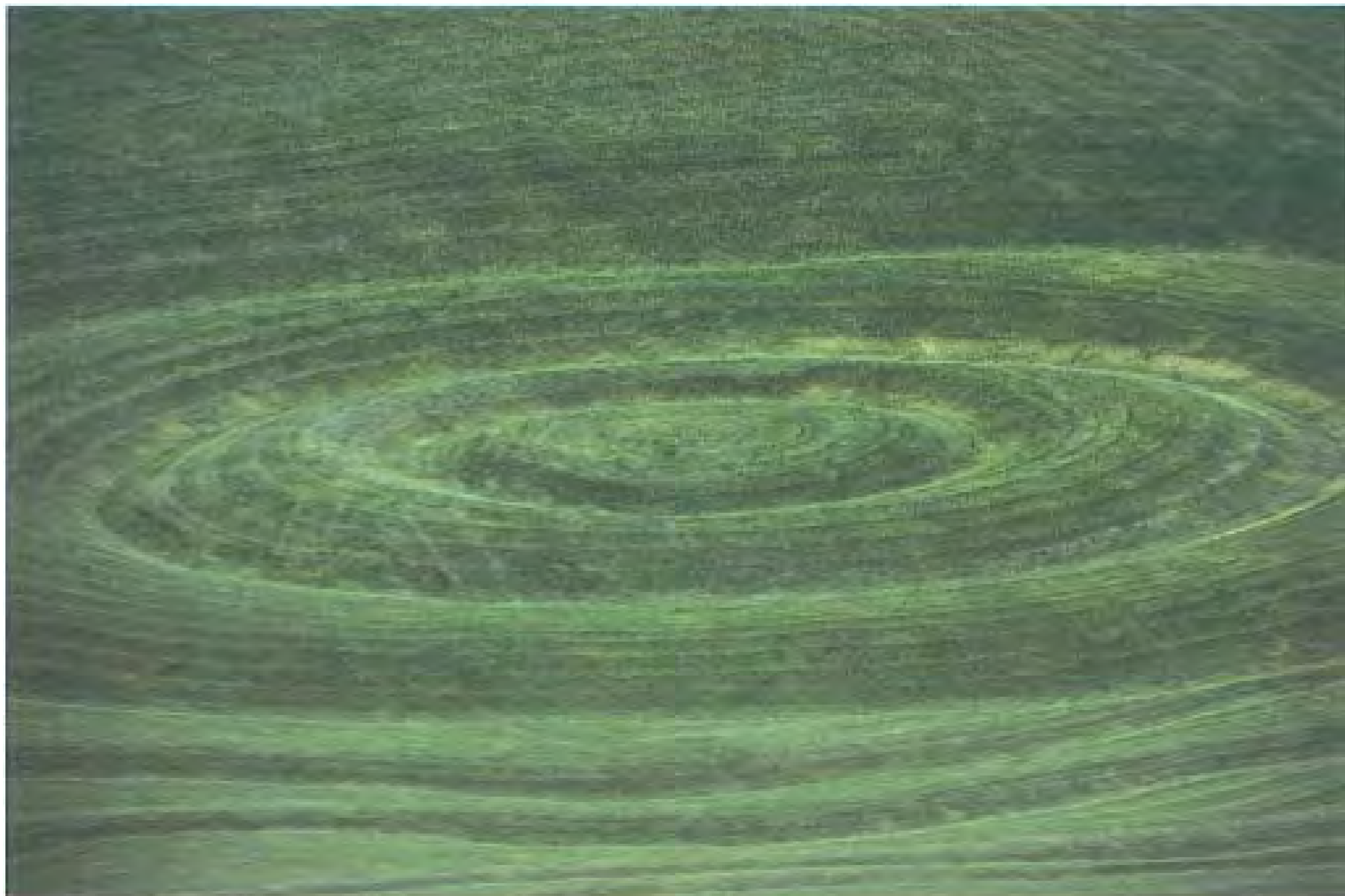
Tínhamos conseguido! E quando na sessão protocolar de abertura, o Presidente da República, perante todos os órgãos de soberania e outros distintos convidados – entre os quais os Reis de Espanha – abriu solenemente a Exposição Mundial de Lisboa, um frémito de emoção perpassou por todo o país. Debaixo da imponente pala de Siza Vieira, ao ver Teresa Salgueiro e José Carreras cantar "Haja o Que Houver", viam-se lágrimas em muitos rostos, em especial nos que sentiam a mesma sensação daqueles que cinco séculos antes haviam aportado em Calecute.

'98

cultura habi-tada

"O Homem-Sol", de Jorge Vieira >







"Jardim das Ondas", de Fernanda Fragateiro



 "D. João II ou A Saída do Tempo Medieval", de Manuel Rosa





 "Monstros Marinhos", calçada portuguesa de Pedro Proença no Cais dos Argonautas



"Rhizome", de Antony Gormley >








"Rio Vivo", mosaicos de Rolando Sá Nogueira, no Passeio de Neptuno



 "Sobre o Mar", escultura de Alberto Carneiro



Painel de azulejos de Ilda David na Porta VIP

"69 Homens de Bessines", de Fabrice Hybert, no Terreiro das Ondas >



O MUNDO NA FESTA DOS OCEANOS

A partir da manhã de 22 de Maio, a Expo '98 era dos visitantes anónimos. E eles correram a fazer as primeiras filas para entrar nos pavilhões. Ainda sem as grandes enchentes. Essas aconteceram realmente nos meses de Agosto e Setembro, fazendo jus à tradição portuguesa de deixar tudo mais para o fim.

Cada jornada correspondia normalmente ao Dia Nacional ou de Honra dos Participantes Oficiais. Havia uma recepção na Porta VIP, em seguida, debaixo da pala, uma cerimónia de honras militares às bandeiras e hinos nacionais, a cargo da GNR. Os visitantes – e foram-no 60 chefes e vice-chefes de estado e 35 de governo, para além de muitos ministros e outros responsáveis dos diferentes países – eram conduzidos ao interior do contíguo Pavilhão de Portugal que percorriam depois de assinarem o livro de honra, fazerem os seus discursos e de haver troca de presentes. Dirigiam-se ao pavilhão do seu próprio país e eram obsequiados com um almoço oferecido pelo Governo português no piso superior do pavilhão anfitrião. A parte da tarde era preenchida com programação cultural e outras visitas, podendo verificar-se uma recepção de retribuição e um espectáculo no Teatro Camões.

António Costa, Ministro dos Assuntos Parlamentares – que recebera a tutela da Expo após a saída de António Vitorino do Governo – terá sido o recordista destes actos protocolares. Sempre acompanhado do Comissário Torres Campos (nalguns casos por Mega Ferreira) e do embaixador Manuel Corte-Real, em representação das Necessidades, António Costa tornou-se uma espécie de segundo Ministro dos Negócios Estrangeiros, imprescindível para dar conta das exigências colocadas pelo evento.

Enquanto o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, exaltava o Ano Internacional dos Oceanos, particularmente simbólica seria a visita do Imperador do Japão. Sabendo-se do carácter muito raro das suas deslocações ao estrangeiro, a vinda de Aikihito a Lisboa foi a confirmação da natureza da mais universal das expos de todo o século XX.

Os visitantes extasiavam-se com o recinto, a qualidade da arquitectura e do espaço público, começavam a fazer os seus *rankings* dos edifícios e de países a visitar. Nem sempre os maiores

países eram os que mais surpreendiam – Turquia, Grécia, Chile ou Croácia despertavam por vezes mais interesse do que Estados Unidos ou Reino Unido. Só uma grande ausência se registava – a Austrália, muito envolvida no conflito de Timor-Leste, não respondeu positivamente. Entretanto a antiga colónia tinha um espaço próprio na área dos participantes nacionais mas poucos poderiam adivinhar que, apenas algum tempo depois, Xanana Gusmão, Ramos Horta e Ximenes Belo viriam a este mesmo local ser aclamados como líderes de um novo país independente! Também neste aspecto a Expo ajudava Portugal a marcar pontos na cena internacional.

Não tendo de pagar o aluguer do espaço mas apenas os conteúdos e os consumos técnicos, os países puderam contribuir mais fortemente para a programação cultural da Expo. Repartindo-se por 16 palcos e espaços cénicos espalhados por todo o recinto, apoiados por uma unidade com 782 pessoas, ao longo dos 132 dias, decorreram 6785 sessões de música, teatro, circo, dança ou animação de rua. Muitos deles traduzidos pelos participantes. Ficaram na memória as enchentes de uma Praça Sony a transbordar para ver B.B. King, Caetano Veloso ou para prestar homenagem a Amália.

Três espectáculos repetiam-se dia após dia. Os Olharapos, figuras fantásticas nascidas na imaginação de marinheiros e pescadores, meio humanas, meio animalescas, interagiam com o público por todo o recinto.

Mais espectacular foi a Peregrinação. Através da Alameda dos Oceanos, ao pôr-do-sol, durante hora e meia, 11 máquinas de grandes dimensões acompanhadas de 19 peregrimóveis mais pequenos, desfilavam pelo recinto, combinavam o divertimento com a curiosidade, o impacto com a estranheza, a transgressão com a tradição. Foi um êxito.

Mas verdadeiramente monumental foi a criação multimédia que, sempre um pouco antes da meia-noite, inundava a Doca dos Olivais de impressionantes imagens sonoras e visuais. Verdadeira fábula dos tempos modernos, emocionava todos quantos lotavam a praça aquática e enchia as medidas antes do regresso a casa. Para muitos, porém, a festa duraria sempre até às três ou quatro da madrugada: se os restaurantes de diversas gastronomias – o marroquino Yacout e o

português Infantes distinguiram-se particularmente – eram muito procurados, os bares não menos. O Bugix e os espaços da Exibição Náutica tornaram-se incontornáveis na noite da Expo.

A festa fazia a sua caminhada, sempre mais afinada. O único verdadeiro contratempo deu-se, já em Agosto, quando a organização teve de chamar a Polícia Judiciária à sua sede para denunciar suspeitas de actuação financeira ilícita do Chefe da Contabilidade, igualmente dirigente de uma cooperativa de habitação. Foi um problema pontual – gota de água no projecto – mas que poderia ainda ter tido muito maior repercussão, caso não tivesse sido a própria empresa a desencadear a intervenção policial que culminou na detenção e posterior condenação do referido elemento.

Esse era o tempo em que os visitantes, em crescendo, iam inundando o recinto. Muitos repetiam e repetiam a visita, ficando até de madrugada muito após o fecho dos pavilhões. Portugal vivia um verão diferente, eufórico. Estávamos no centro do mundo, toda a gente falava de nós, tínhamos feito algo de que nos podíamos orgulhar. Esse sentimento era partilhado tanto por gente urbana ou mais endinheirada como pelo povo do interior que afluía em intermináveis excursões. Ainda recentemente, Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da Assembleia Municipal de Celorico de Basto, se recordava de ter sido pessoalmente responsável pela vinda de oito mil crianças e jovens daquele concelho minhoto.

Cada ministério, serviço público ou autarquia organizava iniciativas e visitas à Expo '98. O civismo que transbordava do recinto era contagiante: não se via um papel no chão, as pessoas respeitavam as filas, os assistentes e voluntários esforçavam-se por ajudar todos, estrangeiros ou portugueses. Mega Ferreira era por vezes abordado por visitantes emocionados que lhe agradeciam ter imaginado um espaço assim.

Somando entrada a entrada, foram 10.128.204 as visitas feitas à Expo '98. Era realmente extraordinário como António Mega Ferreira, nove anos antes, no seu primeiro documento, por mero *benchmark* com expos anteriores, acertara ao falar de 9 a 11 milhões de entradas! Os inquéritos mostravam que 95% tinham "gostado" ou "gostado muito" da Expo e que 43% tinham visto as suas expectativas superadas.

Dos 10 milhões (houve ainda mais 2,1 milhões de visitas correspondentes a pessoal acreditado), metade eram portugueses. Ou seja: meio Portugal tinha ido à Expo, percentagem verdadeiramente alucinante. Dos visitantes estrangeiros, a Espanha, apesar de geradora de muitas visitas, acabou por não ter o peso percentual que se imaginara inicialmente enquanto outros países como a Bélgica, a Áustria, a Finlândia ou os Estados Unidos estiveram acima do esperado. Criara-se, todavia, uma imagem turística fortíssima do país e, em especial, de Lisboa, a qual haveria de ter repercussões enormes no crescimento do número de visitas à capital nos anos posteriores ao evento. O efeito Expo iria prolongar-se, como desejado.

Para essa imagem muito contribuiu o papel dos media. Durante o evento, o recinto foi visitado por 6312 jornalistas estrangeiros, de 88 países e representando 2392 órgãos de comunicação. A esses juntaram-se 5204 jornalistas portugueses de 917 meios. Pela primeira vez uma expo foi mediatizada por uma televisão, uma estação de rádio, um jornal diário e uma agência de notícias próprios. O Media Center tornou-se uma verdadeira Babel de línguas de onde foram feitas 403 transmissões televisivas e difundidas 1015 horas de rádio para todo o Mundo. O jornal diário da Expo (português, inglês e castelhano) tirou 17 milhões de exemplares, encartados no *Diário de Notícias* e distribuídos pelo recinto, a partir das 4105 notícias produzidas pela Agência Expo.

Apesar dos muitos pedidos de prorrogação, a 30 de Setembro de 1998, a Expo terminava numa noite inesquecível. Sob "o mais belo fogo-de-artifício que Lisboa jamais houvera visto" e ao som do hino oficial que Nuno Rebelo havia concebido, mais de 400 mil pessoas choravam e gritavam Portugal, recusando-se a aceitar que tudo estivesse a acabar. Só quem viveu um tal momento pode saber o que é a felicidade pelo dever cumprido.

'98

festa















Caetano Veloso
Lou Reed
David Byrne



 B.B. King com Rui Veloso na Praça Sony no Dia Nacional dos Estados Unidos da América

























Histórias e lendas de marinheiros deram corpo aos Olharapos

A Exibição Náutica, a par da Fragata D. Fernando II e Glória, trouxe a Lisboa alguns dos mais belos navios-escola do mundo





A Peregrinação, desfile diário em homenagem à transição do milénio, com 11 máquinas e 22 peregrimóveis animados por actores

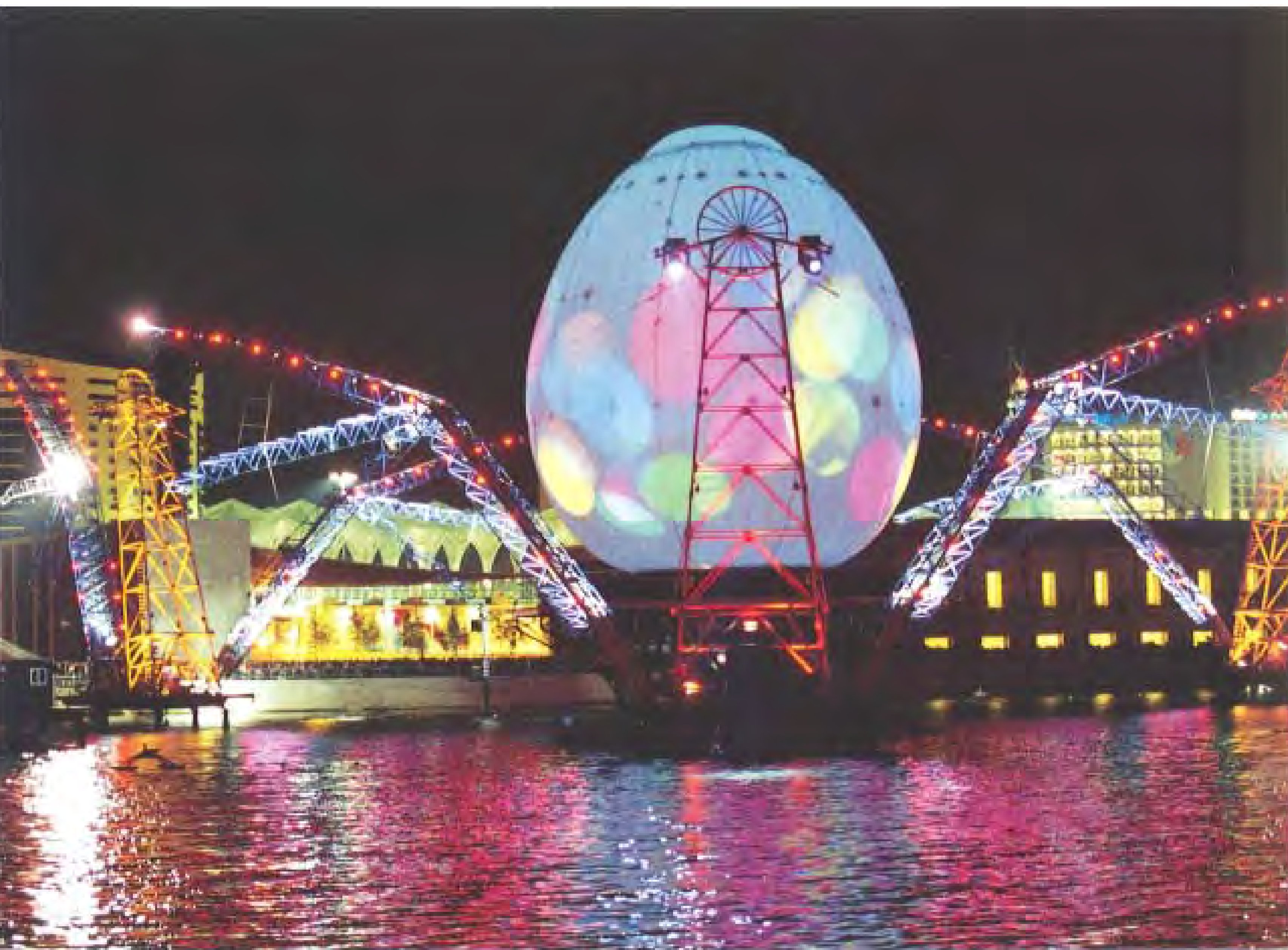
 A máquina "Rinoceronte" na sua viagem pelo Tejo







Acqua Matrix, uma monumental criação multimédia, no dia de encerramento da Expo'98









PARQUE DAS NAÇÕES EM DUAS SEMANAS

Mas enquanto toda a gente se rendia e tinha aproveitado o último mês do evento havia um grupo mais restrito que preparava o futuro. Já recuperado da doença que o atingira, Mega Ferreira era designado pelo Ministro António Costa para pensar a fase pós-Expo: seria ele o escolhido para conduzir o barco na nova etapa. Esse momento era visto como muito sensível pois não faltariam as vozes dizendo que como festa tinha sido muito bom mas que, à semelhança de Sevilha, havia uma herança que não podia agora ser desbaratada.

A estratégia era muito clara: havia que fazer tudo para que a nova vida do espaço começasse o mais cedo possível, não se deixando instalar o efeito do vazio.

Para baptizar toda a Zona de Intervenção (recinto e restante área) Mega Ferreira cria a marca Parque das Nações, em homenagem a todos quantos haviam contribuído para o êxito da Expo. Manter-se-ia temporariamente a vedação mas as entradas seriam livres e gratuitas. Fechavam-se apenas os pavilhões que tinham conteúdos para desmontar, o que devia ser feito o mais rapidamente possível. E criar-se-iam as condições para a reabertura dos que iriam permanecer. Assim sucedeu. A 16 de Outubro, apenas duas semanas depois, o Primeiro-Ministro inaugurava o novo espaço. O Oceanário voltava a abrir portas, o mesmo sucedendo com alguns pavilhões temáticos. O Pavilhão da Utopia iria rapidamente transformar-se no Atlântico – Pavilhão Multiusos de Lisboa e a Área Internacional Norte na nova FIL. A Sonae avançava decididamente para transformar a Porta do Sol (Oeste), junto à Estação do Oriente, no Centro Comercial Vasco da Gama.

A população reagia do modo mais positivo. O Parque das Nações rapidamente começou a receber milhares de pessoas por dia, algumas das quais pela primeira vez, muitas outras desejando repetir a experiência da Expo e continuar a frequentar os seus restaurantes e bares. Tinha sido descoberta uma nova Lisboa, em frente a um lago (Mar da Palha) que muitos julgavam ser o próprio oceano. Em breve o número de visitantes mensal do antigo recinto seria de um milhão!

Entretanto, as vendas imobiliárias, que antes do evento já representavam 40 por cento dos lotes (Vila Expo, zona da Marina e envolvente da Gare), iriam prosseguir a muito bom ritmo. O êxito da "feira dos oceanos" contagiava os investidores. Nasciam novos hotéis e empresas, surgia a "nova cidade". A Vodafone, a IBM, a Sonaecom juntavam-se à Sony, à Adidas, à Lufthansa, à Baveira BMW, à Ford, às Viagens Espírito Santo e a 300 outras empresas que escolhiam a moderna Lisboa. Duas escolas superiores – de enfermagem e de tecnologias de saúde – um Hospital (CUF Descobertas), quatro hotéis, agências de publicidade acrescentavam o painel de novos "inquilinos" do espaço. Beneficiavam de excepcional localização, de óptimos acessos e transportes públicos bem como de serviços e infra-estruturas de nova geração. A combinação adequada de funções urbanas era garantia de vida. Tinha cultura, ciência e lazer; tinha um moderníssimo *shopping*, tinha habitação e emprego. Tinha gente de dia e gente de noite. Tinha tudo para atrair. E assim aconteceu.

Ainda antes do prazo previsto de 2009, a generalidade dos lotes foi vendida e os respectivos edifícios construídos. A valorização dos terrenos foi enorme, chegando os últimos espaços junto à Marina a atingir valores idênticos aos do Marquês de Pombal! O caixote do lixo da capital virara zona nobre.

O Parque das Nações passou a ser sala de visitas de Lisboa. Bill Clinton fazia discurso à beira do Oceanário, o presidente da Câmara de Xangai queria ver com os seus próprios olhos como tinha sido. Da China, do Japão, do Brasil, de Angola, da Argélia e da África do Sul vinham delegações conhecer as razões do sucesso do pós-Expo. Saragoça, que almejava – como veio a fazer – organizar a Expo 2008 vinha tomar contacto. Nos programas de muitos dos estadistas em deslocação oficial era incluído o grande aquário.

Os eventos internacionais começaram a tomar conta do Pavilhão Atlântico. Excepcionais concertos, desde Madonna a Prince, de Roger Waters a Robin Williams, passando pelo Masters de Ténis, pelos Mundiais de Atletismo ou por grandes convenções internacionais definiam a agenda da nave. A FIL multiplicara a oriente a capacidade da velha Junqueira. Apesar de permanecer a indefinição quanto ao uso final do Pavilhão de Portugal e de a Marina ter conhecido complexos problemas técnicos e financeiros, que neste momento começam a ser resolvidos, Lisboa era uma outra cidade.

Para a empresa Parque Expo, o projecto global foi financeiramente pesado. O investimento total superior a 2000 milhões de euros fora feito quase sem capital social inicial e praticamente recorrendo em exclusivo ao financiamento bancário. Com o andar do projecto, a contribuição do Estado acabou por somar 660 milhões de euros. Mas, em tais circunstâncias, a empresa não podia equilibrar as suas receitas e despesas apenas com o rectângulo em frente ao Mar da Palha. Teria de sair para outras paragens.

Mas se numa perspectiva meramente empresarial o resultado não podia ser positivo num prazo curto, o mesmo não se verificava em termos "macro". Aí sim, a Expo '98 e o reordenamento urbano a ela associado revelaram-se de enorme vantagem para o país.

Uma avaliação feita pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa revelava, já em 2002, que os impactos do projecto global nas receitas do Sector Público Administrativo eram fantásticos. Assim as receitas adicionais eram de 4435 milhões de euros, resultando de efeitos temporários e dos efeitos permanentes em todo o Parque das Nações e na orla em redor. Feitas as contas, o Estado recebe com este empreendimento seis vezes mais do que aquilo que com ele gastou. Estava desfeita a ideia de que a "festa de 1998" era uma aventura sem sentido: para além de reganhar para a cidade uma vasta zona até aí perdida, para além dos efeitos excepcionais na projecção da imagem do país lá fora e cá dentro (a melhoria da auto-estima colectiva não era de somenos importância), a Expo '98 não só se pagava, como gerava muito maiores receitas para o Estado.

’98

cidade viva












SONY


P



Público na Praça Sony, durante a transmissão em directo do jogo Portugal-Roménia do Campeonato Europeu de Futebol 2000, no écrã Jumbotron – programação do "Estádio das Nações"







Hospital da CUF Descobertas

Hotel Tivoli Tejo, junto à Gare do Oriente >


TIVOLI TEJO



Sede da Vodafone



REINVENTORES DE TERRITÓRIOS

Mega Ferreira iria presidir ao Conselho de Administração da Parque Expo até 2002, altura em que, por sua iniciativa, entendeu não fazer mais um mandato. Por essa altura já a empresa vinha aplicando as competências adquiridas em projectos exteriores ao Parque das Nações. A gigantesca vitrina urbana funcionava como marketing vivo.

António Guterres e, sobretudo, José Sócrates, entenderam perfeitamente isso. O então Ministro do Ambiente lançou-se numa política de valorização das cidades portuguesas. Nascia o Programa Polis, visando sobretudo a requalificação do espaço público e dos centros urbanos. À Parque Expo 98 SA vai ser confiada a gestão de dez dessas intervenções. Albufeira, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa da Caparica, Leiria, Matosinhos, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Viseu vão sofrer revitalizações territoriais que representarão intervenções em 1,8 milhões de metros quadrados de espaço público e 74 quilómetros de frentes-rio.

Ao mesmo tempo a empresa começava a ser procurada do estrangeiro. As autoridades do Recife-Olinda chamavam a Parque Expo para elaborar um modelo urbano, económico e para a identificação da configuração institucional para uma intervenção numa área ribeirinha de 150 hectares.

Em Xangai, António Mega Ferreira sugere aos organizadores da Exposição Universal de 2010 que adoptem um tema ligado ao futuro das cidades. Ninguém melhor do que a megalópolis asiática para estimular um debate mundial numa expo de cidades.

Com a mudança de Governo, a nova Administração, presidida por José Bracinha Vieira a partir de 2002, continuou o Polis e reduziu o passivo da empresa, o que, apesar de tudo, não foi trabalho pequeno.

Nos últimos anos, a partir de 2005, a Parque Expo conheceu novo impulso como instrumento público de revitalização do território. Já sob a presidência de Rolando Borges Martins, a empresa concretiza uma importante abertura ao exterior. Como agente do Estado, como prestadora de serviços, através de parcerias, a empresa joga todo o conhecimento adquirido em operações de verdadeira reinvenção do território.

Desenvolveu estudos de enquadramento estratégico para as sociedades de reabilitação urbana de Gaia, Estremoz, Marvão, Viseu, Portalegre e Évora. Tem em curso trabalhos visando a reconversão, revitalização e requalificação ambiental dos territórios industriais da Siderurgia Nacional e da Quimiparque. Preparou um programa nacional de requalificação de escolas do ensino secundário. Tem planos para o Vale do Lima e a Ria Formosa. E foi-lhe atribuída a responsabilidade de estudar a requalificação da zona ribeirinha da Baixa Pombalina e do conjunto Ajuda-Belém, incluindo a construção do novo Museu dos Coches.

Mas não é tudo. Venceu o concurso para o plano director de ordenamento do território de Argel e é consultora de Xangai para a articulação da Expo 2010 com a cidade pós-evento.

Tudo isto era realmente impensável há 20 anos atrás quando ainda ninguém sonhara com a Expo dos Oceanos. Razão tinham todos quantos alertavam para que um evento destes não poderia nunca ser visto apenas à escala de si próprio, antes carecendo de algumas décadas. Não foram precisas muitas afinal para isso se verificar – apenas uma. Depois disso, Portugal já organizou e bem o Euro 2004. Mas talvez volte a ser precisa a visão de homens como Vasco Graça Moura e António Mega Ferreira agora que alguns, escudados em difíceis conjunturas económicas, quase se recusam, sem discussão, a considerar os eventuais benefícios de uma organização ibérica do Mundial de Futebol de 2018. Vinte anos depois talvez valha a pena voltar ao Martinho da Arcada.

'98

fazer mais cidade




Polis Coimbra





















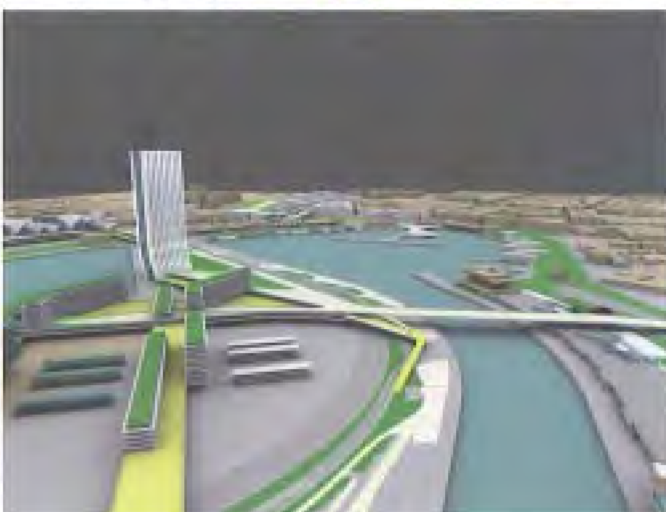


















Maqueta do novo Museu dos Coches, projecto marcante do plano conjunto Ajuda-Belém





Na minha vida de quase duas décadas como jornalista escrevi sobre numerosos projectos urbanos. Contudo, fui verificando que, em muitos deles, aquilo que num dado momento se anunciava como seguro e garantido, acabava por não o ser: ou a ideia vinha a ser abandonada ou, no mínimo, o projecto sofria alterações de monta quer no seu escopo quer no prazo de concretização.

Quando há 15 anos atrás fui desafiado para responsável pela Comunicação da Expo '98 acreditei que seria diferente. A ambição da obra, a sua enorme importância para a imagem de Portugal e a circunstância de haver uma data incontornável para a sua conclusão indiciavam que tudo seria diferente. Apesar disso, não só o carácter inédito do projecto deixava muitas interrogações como a proverbial tendência portuguesa de deixar tudo para o fim permitia antever as maiores dificuldades.

O resultado veio a superar todas as melhores expectativas. A Expo '98 e o programa urbano a ela associado constituem uma inegável história de sucesso. A Exposição Mundial de Lisboa abriu as portas a tempo e horas em 1998 com uma qualidade que talvez a maioria julgasse impossível entre nós; a construção urbana do Parque das Nações está praticamente concluída, tendo permitido criar, igualmente dentro do prazo anunciado, uma zona plena de vida e com alta qualidade.

Como nasceu esta ideia? Qual o segredo para este êxito? Como foi possível concretizá-la, atravessando diferentes ciclos económicos, políticos e eleitorais? É disso que procurámos falar neste livro que não pretende constituir-se em relatório frio e impessoal mas no qual quisemos igualmente libertar-nos do envolvimento emotivo e pessoal próprio de quem viveu por dentro onze anos deste processo.

Case study para muitos países, tendo projectado internacionalmente ao longo da última década a competência da Parque Expo 98 SA para reinventar o território, esta é uma obra que enche de orgulho todos os portugueses. Aos seus mais destacados inventores e aos seus mais desconhecidos concretizadores quero dedicar este contributo para o conhecimento desta extraordinária forma encontrada para celebrar os 500 anos dos Descobrimentos Portugueses.

Lisboa, Novembro de 2008

 < *Expo de Saragoça, Espanha*

João Paulo Velez nasceu em Lisboa em 1957.
É Director-Geral de Clientes na LPM Comunicação.
Em 1993 foi convidado para exercer as funções de Director de Comunicação da Parque Expo e Porta-Voz do Conselho de Administração da empresa onde permaneceu até 2004. Neste âmbito teve a seu cargo o Gabinete de Imprensa, as Relações Públicas e Relações Institucionais da empresa. Dirigiu todas as publicações, impressas e electrónicas, incluindo as de periodicidade diária, relativas ao projecto Expo e à operação urbana associada, antes e depois de 1998. No período de funcionamento da Expo, foi Director do Centro de Comunicação Social que acolheu 11 mil representantes da informação de todo o Mundo, tendo neste quadro coordenado uma equipa própria de 300 profissionais de comunicação.
Após a Exposição Mundial, passou também a exercer as funções de Director de Marketing e Comunicação e simultaneamente de Administrador da Atlântico – Pavilhão Multiusos de Lisboa SA.
Com Curso de Jornalismo no Centre de Formation de Journalistes, em Paris (1974) e licenciatura em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1981), iniciou funções profissionais de jornalista em 1975 na ex-Emissora Nacional. Ao longo de 18 anos, trabalhou em diversos jornais, com funções de redactor, editor e director, tendo nomeadamente integrado a equipa fundadora do *Público*.
Ganhou o Prémio Reportagem na Europa em 1990 e 1991 (instituído pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Secretaria de Estado da Integração Europeia) e o Prémio Gazeta do Jornalismo 1990 (instituído pelo Clube dos Jornalistas).
Foi Director na consultora JLM e Associados e Director-Geral da agência de publicidade MKT, tendo sido Assessor de Imprensa do Primeiro-Ministro no XVI Governo Constitucional e do Dr. Mário Soares na sua candidatura às eleições presidenciais de Janeiro de 2006.
Com uma Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa (2001), fez também numerosas apresentações oficiais e foi orador convidado em dezenas de conferências e colóquios no país e no estrangeiro, nomeadamente em universidades, tendo como tema a Expo '98 e a imagem de Portugal.
Organizou a antologia de textos *Pedro Ferro – Artesão do Efémero*, editado por Imagem Imenso em 2002 e foi co-autor do livro *As Eleições de 1969 – Testemunhos*, editado em 1999 pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.
Foi condecorado em 1999 com a Ordem do Mérito.

'98